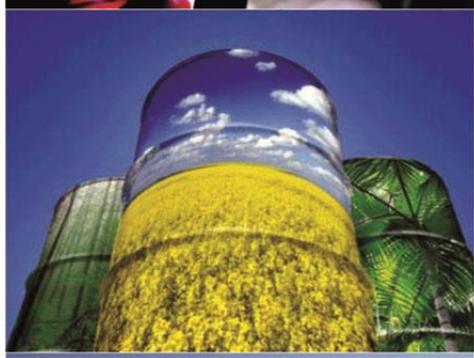
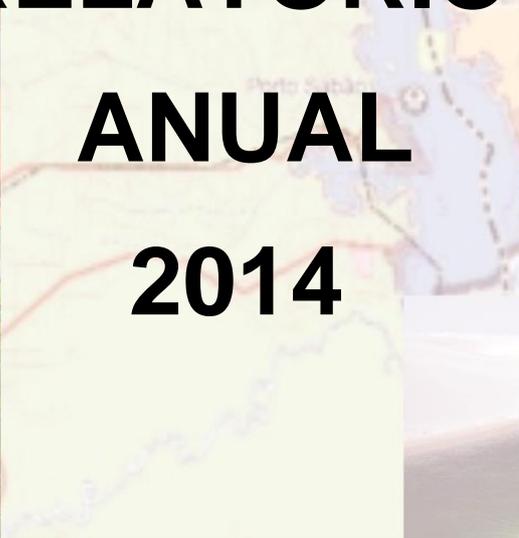


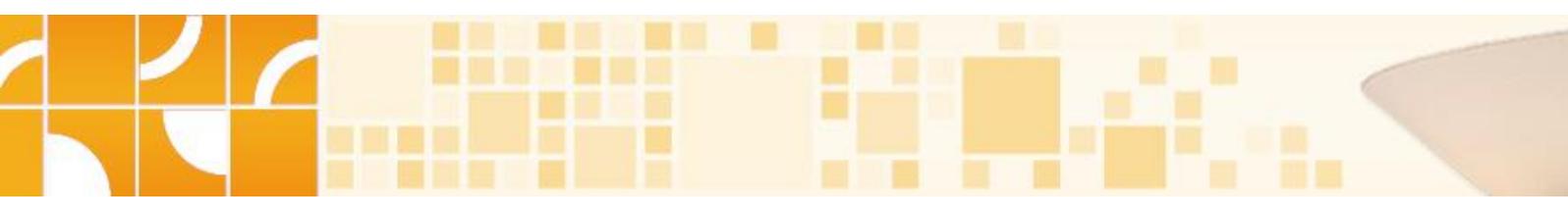


**Comissão de
Integração Nacional,
Desenvolvimento Regional
e da Amazônia**



**RELATÓRIO
ANUAL
2014**





SUMÁRIO

Apresentação.....	3
Composição da Comissão.....	5
Estatística de Trabalhos da Comissão.....	12
Audiências Públicas.....	14
Outros Eventos.....	21
Proposições Apreciadas.....	30
Proposições em Tramitação.....	42
Requerimentos Apresentados.....	47
Subcomissões.....	56
Corpo Técnico.....	57
Contato.....	58

APRESENTAÇÃO

“Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isto, facilmente explicamos por que as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo”.

(Celso Furtado, A pré-revolução brasileira)



Encerrados os trabalhos do ano de 2014, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia entrega à sociedade os resultados alcançados, frutos do empenho dos membros do Colegiado.

Esses resultados apontam um volume de produção legislativa acima das expectativas para o período, ano atípico pela realização de eventos como a Copa do Mundo – que, embora representando oportunidades para o País, reduziu a agenda de trabalhos desta Casa – e as eleições gerais, que sempre comportam a necessidade de os Senhores Parlamentares conciliarem o trabalho legislativo com a intensificação da atuação política em seus Estados de origem.

Nossa missão regimental de promover o desenvolvimento regional e a integração da Região Amazônica se traduziu na realização de reuniões ordinárias e de intensos debates por meio de audiências públicas, mesas-redondas e seminário, momentos em que debatemos propostas ao governo federal de estudos e planos de ação para superação das desigualdades regionais, bem como para garantia da proteção civil, ampliando a capacidade de resposta a situações de desastres, que, de tão recorrentes, passam a ser previsíveis. Nesse sentido, destacamos o trabalho realizado sob a coordenação da Deputada Marinha Raupp, destinado a acompanhar a situação de estado de emergência decretado em Rondônia e no Acre, e registramos, ainda, a vinda da Secretária de Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério da Integração Nacional, Sra. Adriana Melo Alves, que, em sua apresentação sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ressaltou que, apesar dos avanços na evolução dos índices de renda *per capita*, as desigualdades regionais e sua relação com a pobreza ainda são uma realidade alarmante no País.

Como ponto alto do debate sobre a integração nacional, tivemos a participação, em audiência pública, de Sua Excelência o Senhor Ministro da Integração Nacional, Fernando Teixeira, que discorreu sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), capitaneada pela SDR, com o objetivo de estabelecer e fortalecer o Pacto Federativo, baseada em princípios de transparência, participação e controle social, compromisso com o desenvolvimento participativo, respeito e valorização da diversidade territorial nos aspectos ambiental, social, cultural e econômico. Ressalta-se ainda sua fala sobre o andamento das obras de transposição do Rio São Francisco, um dos maiores empreendimentos de engenharia hídrica no Brasil.

Também vieram a este Colegiado representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Seca (MDS); da Casa Civil; da Secretaria da Micro e

Pequena Empresa; da Agência Nacional de Águas (ANA); do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF); da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); do Banco do Brasil; do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); da Caixa Econômica Federal e da sociedade civil.

No exercício de sua função deliberativa, a Comissão apreciou, neste período, importantes proposições, destacando-se o Projeto de Lei Complementar 397, de 2014, que regulamenta a criação de municípios, o qual o Colegiado da CINDRA foi o primeiro a apreciar na Câmara dos Deputados, tendo aprovado por unanimidade o parecer de minha autoria. Ainda em relação ao tema concernente aos municípios, foi realizado o seminário que debateu “a importância do municipalismo para o desenvolvimento regional”.

Outro evento de destaque foi a concessão do Prêmio CINDRA de Desenvolvimento 2014 - Medalha Celso Furtado a pessoas físicas e jurídicas da esfera privada e a órgãos e agentes da administração pública que, por seus trabalhos, ações ou programas, contribuíram para o desenvolvimento regional.

Inspirados por Celso Furtado, encerramos este período de nossa gestão à frente da CINDRA ainda mais cientes do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento – realidade ainda fortemente presente em boa porção do território nacional. Seguimos dispostos a, juntamente com os Senhores Parlamentares membros desta Comissão, empreender uma luta em prol do desenvolvimento regional e da integração nacional de regiões como a Amazônia, o nosso querido Nordeste e tantos outros rincões de nossa pátria que precisam, também, ser polos de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Só assim teremos um país desenvolvido, justo e igualitário.



Deputado Domingos Neto (PROS/CE)
Presidente da CINDRA

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

PRESIDÊNCIA



Domingos Neto PROS-CE - Presidente



**Ademir Camilo PROS-MG - 1º Vice-
Presidente**



**Wilson Filho PTB-PB - 2º Vice-
Presidente**



**Dudimar Paxiuba PROS-PA - 3º Vice-
Presidente**

MEMBROS TITULARES

Ademir Camilo PROS-MG



Arnaldo Jordy PPS-PA



Domingos Neto PROS-CE



Dudimar Paxiuba PROS-PA



Givaldo Carimbão PROS-AL



Gladson Cameli PP-AC



Marcelo Castro PMDB-PI



Mauro Benevides PMDB-CE



Miriquinho Batista PT-PA



Moreira Mendes PSD-RO



Nilson Leitão PSDB-MT



Nilson Pinto PSDB-PA



Paulo Cesar Quartiero DEM-RR



Sebastião Bala Rocha SD-AP



Taumaturgo Lima PT-AC



Urzeni Rocha PSD-RR



Weverton Rocha PDT-MA



Wilson Filho PTB-PB



Zé Geraldo PT-PA



Zequinha Marinho PSC-PA



MEMBROS SUPLENTE

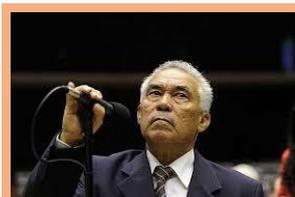
Anselmo de Jesus PT-RO



Átila Lins PSD-AM



Chico das Verduras PRP-RR



Domingos Dutra SD-MA



Francisco Praciano PT-AM



Giovanni Queiroz PDT-PA



Izalci PSDB-DF



José Augusto Maia PROS-PE



Lúcio Vale PR-PA



Major Fábio PROS-PB



Manoel Salviano PSD-CE



Marinha Raupp PMDB-RO



Pastor Eurico PSB-PE



Pauderney Avelino DEM-AM



Paulo Wagner PV-RN



Professor Setimo PMDB-MA



Raul Lima PP-RR



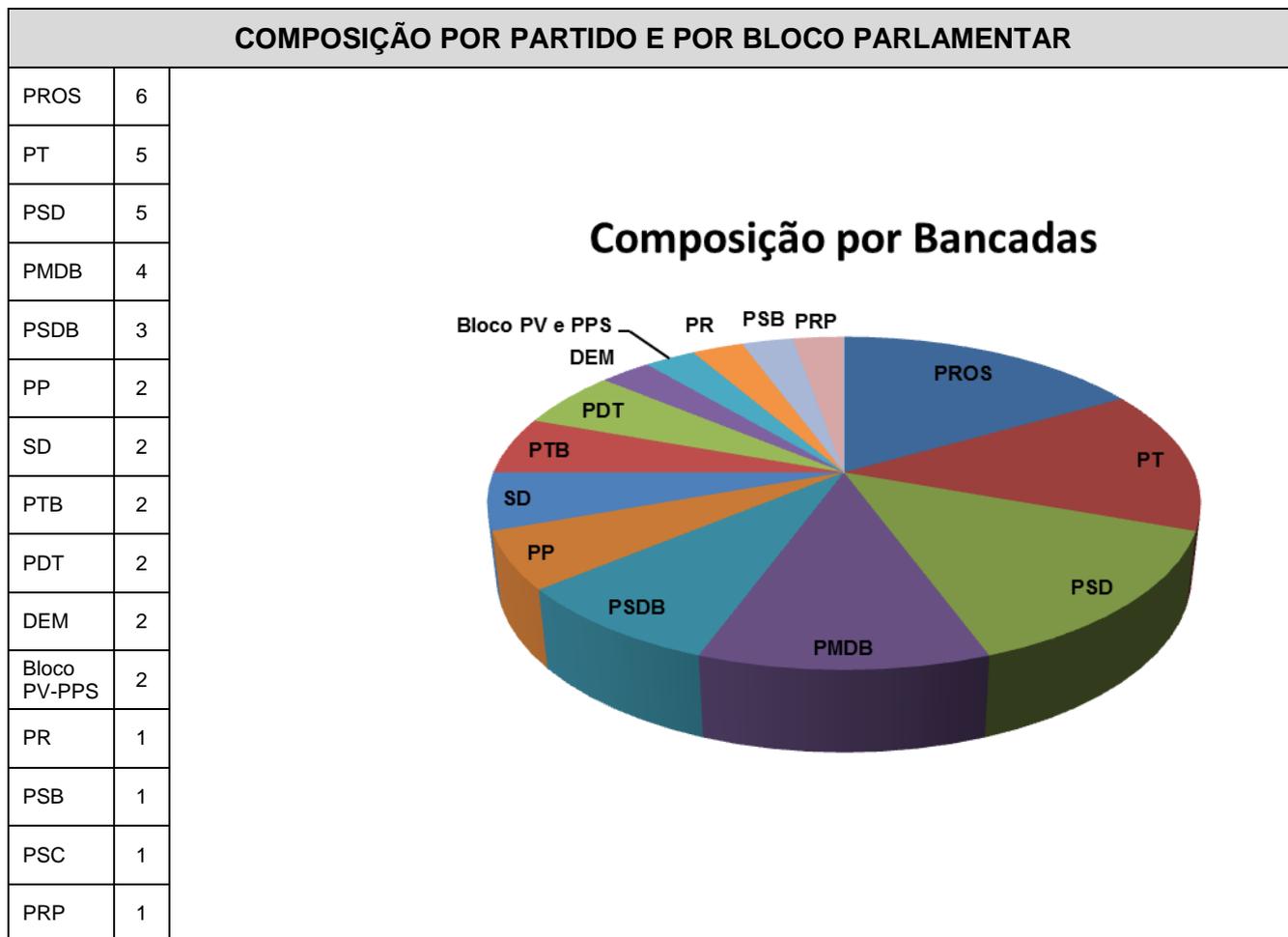
Sérgio Moraes PTB-RS



Sílas Câmara PSD-AM



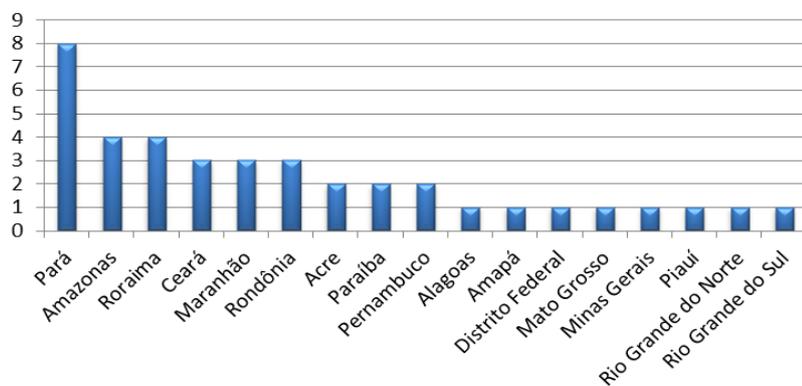
COMPOSIÇÃO POR PARTIDO, BLOCO PARLAMENTAR, ESTADO E REGIÃO



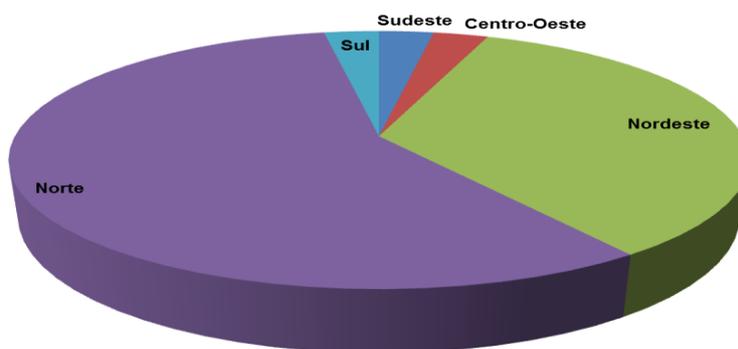
COMPOSIÇÃO POR ESTADO E POR REGIÃO

Pará	8
Amazonas	4
Roraima	4
Ceará	3
Maranhão	3
Rondônia	3
Acre	2
Paraíba	2
Pernambuco	2
Alagoas	1
Amapá	1
Distrito Federal	1
Mato Grosso	1
Minas Gerais	1
Piauí	1
Rio Grande do Norte	1
Rio Grande do Sul	1
Bahia	0
Espírito Santo	0
Goias	0
Mato Grosso do Sul	0
Paraná	0
Rio de Janeiro	0
Santa Catarina	0
São Paulo	0
Sergipe	0
Tocantins	0

Distribuição de Membros por Estado



Distribuição de Membros por Região



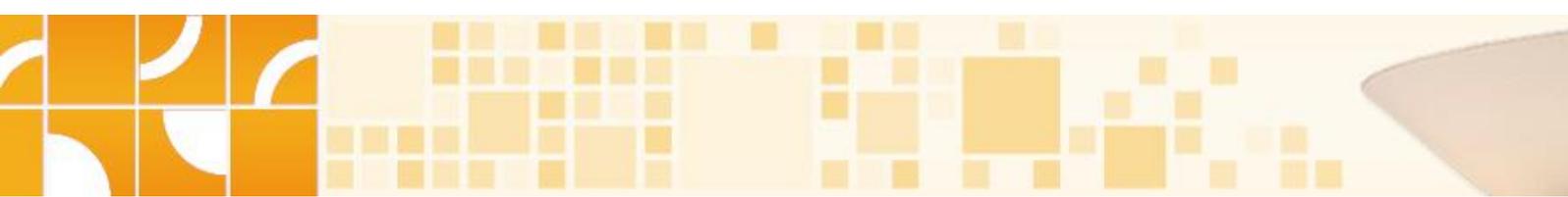
ESTATÍSTICA DE TRABALHOS DA COMISSÃO

ATIVIDADES

Reuniões de Eleição.....	2
Reuniões Deliberativas Ordinárias.....	20
Reuniões de Audiências Públicas.....	16
Outros Eventos	12

PROPOSIÇÕES

- <i>Projetos aprovados</i>	32
- <i>Projetos rejeitados</i>	8
- <i>Proposições em tramitação</i>	27
• <i>Projetos de Decreto Legislativo (1)</i>	
• <i>Projetos de Lei (23)</i>	
• <i>Projetos de Lei Complementar (2)</i>	
• <i>Proposta de Fiscalização e Controle (1)</i>	
Requerimentos aprovados.....	66



RESUMO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

PROPOSIÇÕES

Proposições aprovadas ou rejeitadas		107
	APROVADAS	REJEITADAS
Projeto de Lei	29	8
Projeto de Lei Complementar	2	1
Projeto de Decreto Legislativo	1	0
Requerimento	66	0
TOTAL	98	9



REUNIÕES E OUTROS EVENTOS

Convocados		67
	REALIZADOS	NÃO REALIZADOS
Reuniões de Eleição	2	0
Reuniões Deliberativas	20	10
Audiências Públicas	16	7
Outros Eventos	12	0
TOTAL	50	17



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO E O COMBATE À SECA

No dia **26 de março**, em reunião de audiência pública, foi discutido o desenvolvimento no semiárido nordestino e o combate à seca. Atendendo ao Requerimento 438/2014, de autoria do Deputado Domingos Neto (PROS/CE) e subscrito pelo Deputado Wilson Filho (PTB/PB), o debate se deu em torno da necessidade de ações urgentes de mitigação dos impactos da seca prolongada na região. Participaram da audiência representantes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que apresentaram propostas, projetos e programas destinados à melhoria da qualidade de vida da população do semiárido nordestino.



AÇÕES DE COMBATE ÀS DROGAS NA FRONTEIRA DO BRASIL E REESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL



No dia **8 de abril** se realizou reunião de audiência pública para discussão sobre as ações de combate às drogas na fronteira do Brasil e a reestruturação da Polícia Federal. A reunião atendeu ao Requerimento 440/2014, de autoria do Deputado Givaldo Carimbão, subscrito pelo Deputado Wilson Filho. O tema da audiência foi apresentado por representantes de sindicatos de policiais federais, que foram unânimes em reconhecer a reestruturação da Polícia Federal como uma solução para se efetivar o trabalho necessário – a

devida fiscalização na fronteira do País, o combate ao tráfico de drogas e a prevenção ao seu consumo.

PROGRAMAS EM ANDAMENTO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O COMBATE À SECA E À POBREZA

No dia **9 de abril**, por solicitação do Deputado Domingos Neto, conforme Requerimento 444/2014, subscrito pelo Deputado Wilson Filho Wilson, foi realizada audiência pública para que fossem apresentados os programas do Ministério da Integração Nacional destinados a promover o desenvolvimento regional e o combate à seca e à pobreza. Convidado o Senhor Ministro Francisco Teixeira, este discorreu sobre a proposta da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a chamada PNDR II, em



discussão naquele momento, tendo como objetivo estabelecer e fortalecer o Pacto Federativo, a partir da coesão social, econômica, política e territorial do Brasil. Segundo o Senhor Ministro, a nova política está baseada em princípios de transparência, participação e controle social, compromisso com o desenvolvimento participativo, inclusivo e sustentável, respeito e valorização da diversidade territorial nos aspectos ambiental, social, cultural e econômico, além de envolver uma multidisciplinaridade e preconizar o desenvolvimento das regiões em indústrias e outras áreas de maior dimensão econômica.

COMBATE À SECA E O DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO



No dia **15 de abril**, atendendo ao Requerimento 455/2014, de autoria do Deputado Wilson Filho e subscrito pelo Deputado Domingos Neto, houve reunião de audiência pública para tratar do combate à seca e do desenvolvimento no semiárido nordestino. Participaram do debate, como expositores, representantes do Ministério da Integração (Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e Secretaria de Infraestrutura Hídrica), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Secretaria Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional), da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Foram apresentadas propostas destinadas a melhorar a qualidade de vida da população da região em referência, tendo sido evidenciadas as ações estruturantes no sentido de ampliar a capacidade produtiva das famílias com sistemas tecnológicos de convivência com o semiárido.

ANDAMENTO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DAS RODOVIAS NO TERRITÓRIO PARAENSE

No dia **29 de abril**, em audiência pública, foi debatido o andamento das obras de pavimentação de rodovias no território paraense. A audiência atendeu ao Requerimento 459/2014, de autoria do Deputado Zequinha Marinho, e teve como expositores representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O debate teve como abordagem principal as preocupações relativas ao andamento das obras nas BRs 155, 158, 163, 230 e 308, no Pará. Foi apresentado um quadro dos estágios de execução das obras de construção, pavimentação e restauração dessas rodovias e também dos aspectos dificultadores para cumprimento do cronograma proposto.



CONSTRUÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA EM REDENÇÃO E SANTANA DO ARAGUAIA NO PARÁ



No dia **13 de maio** se realizou audiência pública para debater sobre a construção da rede de energia elétrica entre as cidades de Redenção e Santana do Araguaia, no Estado do Pará, por solicitação do Deputado Zequinha Marinho no Requerimento 461/2014. A audiência contou com a presença de representantes da distribuidora de energia Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal de Santana do Araguaia. Na discussão do tema

foram abordadas a situação atual do atendimento à cidade de Santana do Araguaia e alternativas de melhorias para a região, como a inclusão de obras estruturantes necessárias no próximo leilão de transmissão a se realizar pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

PROPOSTA DE POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR) DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

No dia **14 de maio**, com a presença de representantes do Ministério da Integração Nacional, houve reunião de audiência pública para apresentação da Proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) elaborada por aquele Ministério. A audiência atendeu ao Requerimento 475/2014, de autoria do Deputado Domingos Neto. Segundo a Secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério, Senhora Adriana Melo Alves, a proposta da nova PNDR para o Brasil visa a identificar as diferentes problemáticas regionais, as prioridades e estratégias, com o objetivo de fortalecer a coesão social, econômica, política e territorial do País, apresentando, entre os avanços, o processo participativo.



PROJETOS DE LEI 6.796/2013 E 6.835/2013, QUE ALTERAM O ART. 19 DA LEI Nº 11.952, DE 25 DE JULHO/09, QUE DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS OCUPAÇÕES INCIDENTES EM TERRAS SITUADAS EM ÁREAS DA UNIÃO, NO ÂMBITO DA AMAZÔNIA LEGAL



No dia **20 de maio** houve audiência pública para tratar dos Projetos de Lei 6.796/2013 e 6.835/2013, que alteram o art. 19 da Lei nº 11.952, de 25 de julho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. A reunião foi solicitada pelo Deputado Anselmo de Jesus, em Requerimento nº 471/2014, com o objetivo de, na condição de Relator dos projetos em referência, obter elementos para se promover uma profunda reestruturação na

lei. Para o debate foram convidados representantes da Coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Estado do Maranhão (MST-MA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado de Rondônia. Durante o debate se registrou o grande desafio que representa a regularização de terras na Amazônia, e, ao final, foi proposta a criação de um grupo de trabalho para continuação do debate sob a forma de mesas-redondas nos nove estados da Amazônia Legal.

IMPACTOS DA REDUÇÃO DAS VAZÕES DO RIO SÃO FRANCISCO, À JUSANTE DA BARRAGEM DE SOBRADINHO, NOS DEMAIS USOS MÚLTIPLOS DAS ÁGUAS E NO ECOSISTEMA FLUVIAL

No dia **27 de maio**, em reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi promovido debate sobre os impactos da redução das vazões do Rio São Francisco, à jusante da Barragem de Sobradinho, sobre os demais usos múltiplos das águas e o ecossistema fluvial. A audiência foi solicitada pelo Deputado Arnaldo Jordy, autor dos Requerimentos 318/2014-CMADS e 450/2014-CINDRA. Participaram da audiência convidados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). A exposição do tema conteve o histórico das reduções de vazão que vinham provocando grandes impactos ambientais, sociais e econômicos para os municípios e comunidades do Baixo São Francisco, bem como propostas de solução a serem aplicadas em curto, médio e longo prazo.



ATIVIDADES E PROPOSTAS DO PROJETO BARCO HACKER COM O OBJETIVO DE LEVAR INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL A LOCAIS DISTANTES DO PARÁ E ÀS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA REGIÃO AMAZÔNICA



No dia **27 de maio**, com a participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi realizada audiência pública para discutir as atividades e propostas do Projeto Barco Hacker, que tem como objetivo levar inclusão social e digital a locais distantes do Pará e às populações ribeirinhas da Região Amazônica. A audiência atendeu aos Requerimentos 478/2014-CINDRA, de autoria do Deputado Dudimar Paxiuba, e 336/2014- CMADS, de autoria dos Deputados Arnaldo Jordy e Sarney Filho, e contou com a

presença de representantes dos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da coordenadora do Projeto Barco Hacker, Senhora Kamila Brito, além do presidente da Associação de Moradores da Ilha de Paquetá, Estado do Pará. O evento teve como principal finalidade despertar o interesse de setores do Governo sobre o projeto, de modo que se tornasse possível sua expansão para outras bacias hidrográficas.

QUESTÕES REFERENTES AO PROJETO JARI, NO DISTRITO DE ALMEIRIM-PARÁ

No dia **29 de maio**, em reunião de audiência pública, foram tratadas questões referentes ao Projeto Jari, no Município de Almeirim (PA). A audiência foi solicitada pelo Deputado Zé Geraldo, conforme Requerimento 468/2014, que expôs o cenário de conflito fundiário existente na região, consequência, entre outras razões, da extração de madeira pela empresa Jari Celulose S.A. fora dos planos de manejo em áreas que são reivindicadas há anos pelas comunidades tradicionais. Apresentado o histórico do referido conflito, na visão da empresa e do Ministério Público, a representante da Promotoria de Justiça da Vara Agrária no Estado do Pará concluiu pela necessidade premente de trabalhos das instituições públicas no sentido de resolver a situação em prol do reconhecimento das áreas das comunidades envolvidas. O Assessor da Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por sua vez, declarou que o órgão, juntamente com a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, aguardava a conclusão dos trabalhos em execução pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) para agendamento de reunião com o objetivo de resolver o conflito em tela.



PROGRAMA DE BIOCOMBUSTÍVEIS EM MUNICÍPIOS DO PARÁ



No dia **10 de junho** foi realizada audiência pública para discussão do tema “Programa de Biocombustíveis em Municípios do Pará”, atendendo ao Requerimento 449/2014, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA), que justificou o pedido em razão de “indícios de mudança na concepção do projeto para a região, que passou a não mais considerar os aspectos da inclusão social rural e a tratar a agricultura familiar dentro da lógica perversa do capital, reforçando a exclusão dos agricultores familiares do projeto”. Após a discussão do tema, a audiência se encerrou com a proposta de realização de novo evento, ainda na busca de soluções para o problema em pauta.

SEGURO DEFESO CONCEDIDO AOS PESCADORES ARTESANAIS DURANTE A PIRACEMA

No dia **19 de novembro**, em reunião de audiência pública, foi realizado debate sobre o Seguro Defeso concedido aos pescadores artesanais durante a piracema. A audiência foi solicitada pelo Deputado Domingos Neto, autor do Requerimento 497/2014. A audiência contou com a presença de representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério Público do Trabalho do Ceará, da Secretaria da



Pesca e da Aquicultura do Governo do Ceará, da Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca, do Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS), da Associação de Pescadores e da Colônia de Pescadores do Município de Tauá-CE. A exposição do tema evidenciou a importância do defeso – a paralisação das atividades de pesca – como uma política estratégica, de caráter ambiental, visando a proteger as espécies durante o período de reprodução, garantir a manutenção de forma sustentável dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, manter a atividade e a renda dos pescadores.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR CARROS-PIPA NAS ÁREAS AFLIGIDAS PELA SECA



No dia **26 de novembro**, atendendo ao Requerimento 499/2014, de autoria do Deputado Domingos Neto, a Comissão realizou reunião de audiência pública para tratar do abastecimento de água por carros-pipa nas áreas afligidas pela seca. Participaram da audiência representante do Ministério da Integração Nacional e o Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste. A discussão do tema teve por objetivo contribuir para o sucesso da Operação Carro-Pipa e também para obtenção de alternativas de

combate aos efeitos da estiagem no País. Esclarecida a atuação do Exército e do Ministério da Integração Nacional na Operação em referência, ficou registrada a necessidade de desenvolvimento de ações estruturantes no sentido de se promover o atendimento à população atingida.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA MEDIANTE POÇOS ARTESIANOS E CARROS-PIPA

No dia **3 de dezembro**, a Comissão deu sequência à discussão iniciada na reunião de audiência pública anterior, realizando debate sobre o abastecimento de água mediante poços artesianos e carros-pipa, atendendo à solicitação do Deputado Domingos Neto no Requerimento 498/2014. A audiência contou com a presença de representantes do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria dos Recursos Hídricos do Governo do Ceará e teve como objetivo o desenho de um programa de investimentos em sistema de prevenção. Foram apresentadas as tecnologias destinadas à solução do problema da escassez hídrica e que são adaptadas às diferentes realidades do Semiárido. A conclusão do debate apontou para o desenvolvimento de ações conjuntas dos órgãos relacionados à questão para aperfeiçoamento das atuais políticas.



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA MODALIDADE DE INCENTIVO À PRODUÇÃO E AO CONSUMO DE LEITE NAS ÁREAS AFLIGIDAS PELA SECA



No dia **17 de dezembro**, foi realizada reunião de audiência pública para tratar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite nas áreas atingidas pela seca. A audiência foi solicitada pelo Deputado Domingos Neto, autor do Requerimento 504/2014, com o objetivo de discutir os problemas detectados no funcionamento do PAA, visando ao benefício dos participantes da cadeia do programa, produtores e beneficiados. Para o debate foram convidados representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome e de órgãos estaduais e das indústrias de laticínios da região de abrangência do PAA. Foi salientada a importância do programa como agente de mudanças na construção da segurança e soberania alimentar e da garantia do direito humano à alimentação adequada.

OUTROS EVENTOS

MESAS-REDONDAS

AS QUESTÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA, DECORRENTES DA INSTALAÇÃO DA FÁBRICA JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S.A., EMPRESA DO GRUPO ORSA.



Mesa-redonda aprovada pelo Requerimento nº 480/2014, de autoria dos Deputados Arnaldo Jordy e Janete Capiberibe.

Data: **24/6/2014.**

Local: Auditório do Centro Educacional de Almeirim (PA).

Convidados:

Ione Nakamura - Procuradora Estadual, representando o Ministério Público Estadual do Pará;

Pedro Damião Rodrigues - Presidente da Câmara Municipal de Almeirim (PA);

Arthur Tourinho - Representante do Instituto de Terras do Pará (Iterpa);

Marcio Ranieri Leite Nogueira - Gerente Geral da Agência do Banco do Brasil em Almeirim (PA);

Augusto Praxedes Neto - Representante da Empresa Jari (Grupo Orsa);

Magnandes Costa Cardoso - Representante da Cooperativa Mista Ecológica Agro-extrativista de Almeirim (PA);

Otoniel de Castro Souza - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

PROGRAMA DE BIOCOMBUSTÍVEIS EM MUNICÍPIOS DO PARÁ.

Mesa-redonda aprovada pelo Requerimento nº 489/2014, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy.

Data: **30/7/2014.**

Local: Mocajuba (PA).

Convidados:

Antonio Eduardo Gonçalves Esmeral - Petrobras Biocombustíveis (PBio);

Jair Gomes da Silva - Petrobras Biocombustíveis;

Alvaro Luiz Athayde Ortega - Gerente de Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil, no Estado do Pará;

Ricardo dos Anjos Macedo - Administrador da Agência do Banco do Brasil de Mocajuba;

Jair Gomes da Silva - Banco da Amazônia;

Benedita Carvalho Gonçalves - Coordenadora Regional Tocantina da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag);

Aldo Serrão - Secretaria Municipal da Agricultura (Semagri).

Observação: Não compareceram representantes dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

O NÃO CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NA BACIA DO RIO XINGU.

Mesa-redonda aprovada pelo Requerimento nº 453/2014, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy. (Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Data: 11/12/2014.

Local: Universidade Federal do Pará - Unidade de Altamira.

Convidados:

Ministério de Minas e Energia;

Governo do Estado do Pará;

Ministério Público Federal no Pará;

Representante da Prefeitura de Altamira;

Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Região Oeste do Pará (AMUT);

Representante da Norte Energia;

Representante do Comitê Xingu Vivo.

A REFORMA AGRÁRIA E A ATUAL SITUAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS, A MOROSIDADE DA LEGALIZAÇÃO DE TÍTULOS FUNDIÁRIOS E OS IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS DA OPERAÇÃO TERRA PROMETIDA DA POLÍCIA FEDERAL.

Mesa-redonda aprovada pelo Requerimento nº 503/2014, de autoria do Deputado Nilson Leitão.

Data: 19/12/2014.

Local: Assembléia Legislativa de Mato Grosso - Cuiabá.

Convidados:

Representante da Assembleia Legislativa do Mato Grosso;

Representante do Ministério Público Federal;

Representante do Ministério da Agricultura;

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Representante do Instituto Nacional Cidadania e Reforma Agrária;

Representante da FAMATO;

Representante da FETAGRI;

Representante da APROSOJA;

Representante da Frente Parlamentar da Agricultura – FPA;

Representante da Polícia Federal / MJ.

REUNIÕES DE TRABALHO

REUNIÃO DOS MEMBROS DA CINDRA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA 2014.

Data: 12/3/2014.

Local: CINDRA - Sala da Presidência.

REUNIÃO DO PRESIDENTE DA CINDRA, DEPUTADO DOMINGOS NETO, COM CONSULTORES LEGISLATIVOS, PARA DISCUTIR OS TEMAS DE INTERESSE DA COMISSÃO A SEREM DEBATIDOS EM 2014.

Data: 12/3/2014.

Local: CINDRA - Sala da Presidência.

REUNIÃO PARA DEBATER SOBRE A SITUAÇÃO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA DECRETADO NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE, EM DECORRÊNCIA DOS ALAGAMENTOS CAUSADOS PELAS CHEIAS DOS RIOS.



Reunião aprovada pelo Requerimento nº 436/2014, de autoria da Deputada Marinha Raupp.

Data: 24/4/2014.

Local: CINDRA - Sala da Presidência.

Convidados:

Representantes dos Ministérios da Integração Nacional (MI), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Pesca e Aquicultura;

Representante da Casa Civil;

Representante da Secretaria da Micro e Pequena Empresa;

Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);

Representantes do Banco do Brasil; do Banco da Amazônia e da Caixa Econômica Federal.

REUNIÃO PARA TRATAR DO PROCESSO DE DESSALINIZAÇÃO DAS ÁGUAS DO MAR NO ESTADO DE ISRAEL.

Reunião aprovada pelo Requerimento nº 456/2014, de autoria do Deputado Wilson Filho.

Data: **28/5/2014.**

Local: Câmara dos Deputados - Plenário 15.

Convidado:

Embaixador de Israel, Exmo. Sr. Rafael Eldad.



REUNIÕES EM OUTROS ÓRGÃOS

REUNIÃO DO PRESIDENTE DA CINDRA, DEPUTADO DOMINGOS NETO, COM O MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, EXMO. SR. PAULO BERNARDO SILVA, PARA TRATAR DE INTERESSES DA COMISSÃO.

Data: 1º/7/2014.

Local: Ministério das Comunicações.

REUNIÃO DO PRESIDENTE DA CINDRA, DEPUTADO DOMINGOS NETO, COM O MINISTRO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EXMO. SR. RICARDO BERZOINI, PARA TRATAR DE INTERESSES DA COMISSÃO.

Data: 1º/7/2014.

Local: Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

SEMINÁRIO

IMPORTÂNCIA DO MUNICIPALISMO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



No dia 18 de novembro, por solicitação do Deputado Domingos Neto (Requerimento 496/2014), foi realizado seminário para tratar da importância do municipalismo para o desenvolvimento regional. O evento teve como objetivo debater as proposições legislativas que visam fixar os parâmetros legais para a criação de municípios, em especial os vetos presidenciais 47/2013 e 25/2014. Foram convidados para o seminário o Presidente da Frente Parlamentar pela Regulamentação da Criação de Novos Municípios,

Deputado José Augusto Maia; o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Senhor Paulo Ziulkoski; o Presidente da Comissão de Criação de Novos Municípios, Senhor Luiz Carlos Mourão Maia; o Presidente da Federação Cearense das Associações Municipais, Senhor Luiz Carlos Farias, além do Senador Valdir Raupp e do Deputado Moreira Mendes.

PRÊMIO CINDRA DE DESENVOLVIMENTO 2014 – MEDALHA CELSO FURTADO



Em 25 de novembro, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), concedeu o Prêmio CINDRA de Desenvolvimento 2014 -- Medalha Celso Furtado a pessoas físicas e jurídicas da esfera privada e a órgãos e agentes da administração pública que, por seus trabalhos, ações ou programas, foram destaque pela contribuição ao desenvolvimento regional.

Na segunda edição do prêmio, foi prestada homenagem ao grande economista Celso Furtado (*in memoriam*), um dos mais destacados intelectuais do País ao longo do século XX, por enfatizar o papel do Estado na economia, com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico.

Ainda foram homenageados:

Airton José Vidal Queiroz - Chanceler da Universidade de Fortaleza/UNIFOR;

Alex Bolonha Fiúza de Mello - Secretário Especial de Estado de Promoção Social SEPROS/PA;

Amarílio Proença de Macêdo - Presidente do Conselho de Administração da J Macêdo/Fortaleza;

André Luiz Backes - Diretor Presidente Metalúrgica Mor em Santa Cruz do Sul/RS;

Arnaldo Xavier - Presidente da empresa Rota do Mar/PE;

Banco do Nordeste do Brasil S.A.;

Dante Martins de Oliveira (*in memoriam*) - Autor da proposta de Emenda à Constituição nº 05/1983 ("Diretas Já");

Djalma Bezerra Mello - Superintendente da SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;

Fernando da Mata Pimentel - Ex-ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Francisco de Assis Benevides Gadelha - Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba;

Francisco José Coelho Teixeira - Ministro de Estado da Integração Nacional;

Francisco Ivens Dias Branco - Presidente do Grupo M. Dias Branco-Fortaleza;

Guilherme Afif Domingos - Ministro de Estado da Secretaria da Micro e Pequena Empresa;

Jeovani Ferreira Salomão - Diretor Presidente da empresa MEMORA Processos Inovadores Ltda.-DF;

José Colombo Cialdini - Empreendedor em turismo e entretenimento e Presidente da Sindetur-CE;

José Lima de Carvalho Rocha - Reitor da Universidade Christus-Fortaleza;

José Humberto Pires de Araújo - Diretor Presidente das empresas JJPA Empreendimentos e Participação Ltda., JTD Participações Ltda. e Milênio Empreendimentos Imobiliários Ltda-DF;

José Rogério Salles - Ex-Governador de Mato Grosso e Vice-Prefeito de Rondonópolis-MT;

Josué Christiano Gomes da Silva - Presidente da Empresa COTEMINAS;

Luiz Hildebrando Pereira da Silva (in memoriam) - Diretor do Instituto de Pesquisa em Patologias Tropicais do Estado de Rondônia (Ipepatro);

Miguel de Souza - Ex-Governador de Mato Grosso e Secretário de Gestão dos Programas de Transportes-Ministério dos Transportes;

Nelci Afonso Bakof - Diretor Presidente da Bakof Indústria e Comércio de Fiberglass Ltda;

Sérgio Ermel - Diretor Presidente da Melbros Indústria e Comércio de Calçados Ltda de Tauá-CE;

Vicente Gianluppi - Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)-RR.



PROPOSIÇÕES APRECIADAS

Projeto de Decreto Legislativo nº 822/2013: Regularização fundiária da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Vermelho B, em Rondônia

Em **7 de maio**, a CINDRA opinou, por unanimidade, pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 822/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Anselmo de Jesus. O Projeto autoriza a cessão gratuita de terras federais ao Estado de Rondônia, com vistas à regularização fundiária da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Vermelho B, no Município de Porto Velho.

O Deputado Anselmo de Jesus, no Parecer do Relator, pondera que a regularização fundiária se mostra imprescindível à gestão sustentável da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Vermelho B. A produção florestal deverá contribuir para a geração de emprego e de renda, assim como para o combate à exploração ilegal de madeira na região.

Projeto de Lei nº 7.958/2014: Estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas na Microrregião de Irecê, Bahia

Em **10 de dezembro**, foi **aprovado** o Projeto de Lei nº 7.958/2014, de autoria do Deputado Félix Mendonça Júnior, que "altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, com o objetivo de estimular a liquidação ou a renegociação de dívidas inscritas ou não na dívida ativa da União oriundas de crédito rural de responsabilidade de produtores rurais da Microrregião de Irecê, Bahia". A proposição se refere a dívidas contraídas há mais de duas décadas e que não foram liquidadas por falta de capacidade de pagamento dos produtores, em função das limitações climáticas impostas ou de planos econômicos. Considerando a necessidade de recuperação da viabilidade econômica da agropecuária na região, o Relator da matéria, Deputado Giovanni Queiroz, votou pela aprovação do Projeto de Lei como apresentado.

Projeto de Lei nº 7.834/2014: Zona Franca do Polo das Confecções em Santa Cruz do Capibaribe

Em **29 de outubro**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 7.834/2014, do Deputado José Augusto Maia, que cria a Zona Franca do Polo das Confecções, no Município pernambucano de Santa Cruz do Capibaribe. O Projeto estabelece o seguinte regime tributário para a Zona Franca: a suspensão do II e do IPI para os produtos importados; e a isenção do II e do IPI para os produtos destinados à industrialização ou à estocagem para a comercialização internacional.

Segundo o Autor, a criação da Zona Franca do Polo das Confecções justifica-se, porque "dinamizará a atividade econômica e fortalecerá o parque industrial" em Santa Cruz do Capibaribe. Da Zona Franca beneficiar-se-ão a indústria têxtil e os serviços relacionados ao parque de feiras "Moda Center Santa Cruz", como alimentação e hospedagem. Desse modo, a Zona Franca do Polo das Confecções poderá levar mais emprego e renda a Santa Cruz do Capibaribe.

Projeto de Lei nº 7.752/2014: Criação da Zona de Processamento de Exportação na Região Metropolitana da Baixada Santista

Em **5 de novembro**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 7.752/2014, da Deputada Maria Lucia Prandi, que cria a Zona de Processamento de Exportação na Região Metropolitana da Baixada Santista, em São Paulo. Nessa área de livre comércio, instalar-se-ão empresas voltadas exclusivamente à exportação. Segundo o Relator da CINDRA, Deputado Domingos Neto, o enclave poderá contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira de diversos modos, como aumento de exportações, acúmulo de reservas internacionais, geração de empregos e criação de oportunidades empresariais. Além disso, o Relator esclarece que, após a aprovação do Projeto, a instalação da Zona de Processamento de Exportações dependerá, ainda, do Poder Executivo, que examinará a viabilidade da área de livre comércio.

Projeto de Lei nº 7.659/2014: Área de Livre Comércio em Guaíra

Em **26 de novembro**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 7.659/2014, de autoria do Deputado Nelson Padovani, que cria a Área de Livre Comércio (ALC) no Município de Guaíra, Estado do Paraná. Segundo o Autor, o município reúne todas as condições para sediar uma área de livre comércio: seu comércio ressent-se da concorrência desleal com o comércio do outro lado da fronteira, mercê da pesada carga tributária que incide sobre os produtos brasileiros, e dispõe da localização e da infraestrutura física compatíveis com uma área de livre comércio. A considerar, ainda, que a concessão dos incentivos tributários associados a uma área de livre comércio em Guaíra representaria uma modesta reparação aos prejuízos sofridos pela cidade, que, com o desaparecimento da atração turística das Cataratas de Sete Quedas, submersas em 1982, teve a vida econômica em queda contínua.

O Relator, Deputado Zequinha Marinho, apresentou Parecer pela aprovação da matéria, com Emenda para supressão da parte final do § 1º do art. 7º da proposta, de forma que a ALC possa estimular o comércio local sem prejudicar as empresas localizadas fora do enclave.

Projeto de Lei nº 7.620/2014: Área de Livre Comércio de Corumbá

Em **29 de outubro**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 7.620/2014, do Deputado Akira Otsubo, que cria a Área de Livre Comércio de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. O enclave de livre comércio gozará de diversos benefícios fiscais. O Projeto isenta do Imposto de Importação as mercadorias destinadas ao consumo interno. Garante, igualmente, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os bens destinados à industrialização ou à estocagem para a reexportação. As exportações ficam, também, isentas de tributação.

De acordo com a justificativa do Projeto, a localização geográfica de Corumbá na fronteira impõe intensa competição com Puerto Suárez, sua cidade-irmã na Bolívia. Nesse contexto, a criação da Área de Livre Comércio em Corumbá pode dinamizar a economia local, prejudicada pela concorrência das lojas situadas em Puerto Suárez. O enclave tornará a cidade brasileira mais apta a concorrer pelos consumidores nos mercados da fronteira.

Projeto de Lei nº 7.619/2014: Área de Livre Comércio em Ponta Porã

Em **26 de novembro**, a CINDRA **aprovou**, com emenda, o Projeto de Lei nº 7.619/2014, do Deputado Akira Otsubo. O Projeto pretende criar área de livre comércio no município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul. Conforme o art. 2º da proposição, a área de livre comércio “tem como objetivo intensificar a integração latino-americana e as relações bilaterais com a República do Paraguai para promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Mato Grosso do Sul”. O autor alega, igualmente, que a área de livre comércio promoverá a competitividade do comércio municipal, o qual se encontra prejudicado pela concorrência das cidades paraguaias.

Os membros da CINDRA acataram a emenda do relator, Deputado Zequinha Marinho, a qual suprime os incisos II e III do *caput* e o parágrafo único do art. 5º e aprimora a redação do § 1º do art. 6º do Projeto de Lei nº 7.619/2014. Segundo o relator, os benefícios estabelecidos pelos incisos do *caput* do art. 5º poderiam comprometer a indústria nacional de eletroeletrônicos. Por sua vez, o parágrafo único do art. 5º “colocaria em desvantagem competitiva a comercialização de produtos industrializados fora do enclave”, ao isentar, em definitivo, os importados que saíssem da área de livre comércio. Por fim, no § 1º do art. 6º, elimina-se referência a dispositivo inexistente no Projeto.

Projeto de Lei nº 7.300/2014: Prorrogação da vigência das Áreas de Livre Comércio no Norte

Em **29 de outubro**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 7.300/2014, do Deputado Moreira Mendes. O Projeto prorroga até 2029 a vigência das Áreas de Livre Comércio em Tabatinga (AM); em Guajará-Mirim (RO); em Boa Vista e Bonfim (RR); em Macapá e Santana (AP); em Brasileia, com extensão a Epitaciolândia, e Cruzeiro do Sul (AC).

O Relator do Projeto 7.300/2014, Deputado Gladson Cameli, atentou que, na grande maioria dos casos, a implantação das Áreas de Livre Comércio no Norte não se concluiu, não obstante os potenciais benefícios desses enclaves de livre comércio. Nesse sentido, o Relator entendeu que, ao prorrogar a vigência desses enclaves, o Projeto “dará àqueles enclaves o tempo necessário para que possam se firmar como alternativas viáveis para o processo de desenvolvimento da região Norte”.

Projeto de Lei nº 7.184/2014: Facilitação do auxílio financeiro para os Municípios em estado de emergência, de calamidade e de desastre

Em **23 de abril**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 7.184/2014, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Wagner. Conforme o Projeto, proposto pelo Deputado Paulo Magalhães, as transferências de verbas aos Municípios em estado de emergência, de calamidade e de desastre não ficariam mais condicionadas à comprovação de quitação de obrigações com os governos da União e dos Estados.

No Parecer do Relator, o Deputado Paulo Wagner considera “despropositado” a comprovação de adimplência para que a União e os Estados possam auxiliar, financeiramente, os Municípios em momentos de crise. Segundo o Relator, a reparação dos danos e a reconstrução da infraestrutura destruída por desastres naturais comprometem consideráveis recursos dos Municípios atingidos. A

situação apresenta-se ainda mais problemática, porquanto as calamidades naturais são recorrentes em diversos Municípios.

Projeto de Lei nº 6.963/2013: Resposta e reconstrução em desastres de grande proporção

Em **14 de maio**, a CINDRA opinou, unanimemente, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 6.963/2013, nos termos do parecer apresentado pelo Deputado Ademir Camilo. O Projeto foi apresentado pela Comissão Externa sobre Desastres na Região Serrana, para aprimorar ações de resposta e de reconstrução em situação de desastre de grande proporção. Em síntese, o Projeto traz três aperfeiçoamentos. Prevê Grupos de Trabalho compostos por representantes da União, dos Estados, dos Municípios e das comunidades atingidas, para identificar ações de reconstrução e planejar sua execução. Além disso, o Projeto busca estender para nove meses o prazo em que se dispensam licitações para contratação de obras públicas de reconstrução. O Projeto estabelece, ainda, que a União capacitará os Municípios suscetíveis a desastres na elaboração de seus planos diretores.

Projeto de Lei nº 6.803/2013: Universalização dos serviços de telecomunicações na Amazônia Legal

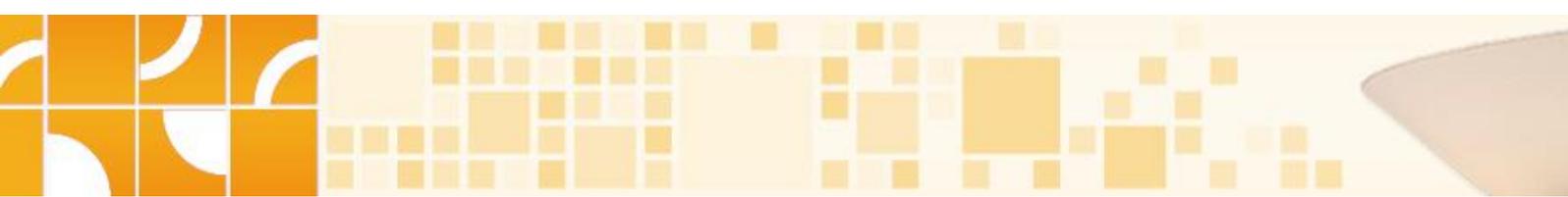
Em **4 de junho**, a CINDRA **aprovou**, com a Emenda do Relator, o Projeto de Lei nº 6.803/2013, que impulsiona a universalização dos serviços de telecomunicações na Amazônia Legal. Conforme o Projeto, a densidade dos orelhões será, no mínimo, 50% superior àquela estabelecida para as demais regiões, e os parâmetros de distância para definir as áreas de tarifação básica serão, no mínimo, 3 vezes superiores aos adotados nas demais regiões. Além disso, o Projeto veda a supressão, a redução e a substituição de obrigações e de metas estabelecidas para a Amazônia Legal, com vistas a compor fonte de financiamento para atendimento de outras regiões.

O Relator na CINDRA, Deputado Zequinha Marinho, ressalta que a densidade de orelhões nos estados da Amazônia Legal se apresenta abaixo da densidade média brasileira, o que deixa clara a importância do Projeto de Lei nº 6.803/2013. Segundo o Relator, o Projeto pode contribuir para a expansão na internet de banda larga, que pode servir-se da infraestrutura instalada para os terminais de telefonia fixa. Com vistas a custear os investimentos exigidos pelo Projeto, o Relator propôs emenda que autoriza as concessionárias de serviços de telecomunicações a captar recursos junto ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST).

Projeto de Lei nº 6.665/2013: Benefícios tributários para Roraima

Em **26 de novembro**, a CINDRA **rejeitou** o Projeto de Lei nº 6.665/2013, apresentado pelo Deputado Jhonatan de Jesus. O Projeto, conforme seu art. 1º, “os benefícios tributários atualmente vigentes no âmbito do Imposto sobre Produtos Industrializados, das contribuições ao PIS/PASEP e da COFINS, no caso de produtos produzidos no Estado de Roraima”. Segundo o autor da proposição, esses benefícios compensam as desvantagens comparativas da economia roraimense. O autor menciona, especificamente, a grande distância dos centros consumidores, a precária rede de transportes para o escoamento da produção, e as restrições à atividade econômica na faixa de fronteira e nas reservas ambientais e indígenas.

O Deputado Francisco Praciano, relator do Projeto de Lei nº 6.665/2013 na CINDRA, reconheceu os entraves ao desenvolvimento de Roraima, contudo enfatizou argumentos que desaconselham a



aprovação da proposição. Segundo o relator, esses entraves já são combatidos por benefícios fiscais e creditícios, assim com por enclaves aduaneiros na região amazônica. O relator argumentou, também, que a concessão de amplos benefícios tributários a todo o território roraimense acarretaria dificuldades para a fiscalização tributária. Por fim, o relator alertou que o Projeto não atende os requisitos legais para propostas de renúncia de receitas.

Projeto de Lei nº 6.189/2013: Ampliação dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste

Em **14 de maio**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 6.189/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Domingos Neto. O Projeto, proposto pelo Deputado Paes Landim, tem por fim aumentar os repasses da União para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Segundo o Autor do Projeto, a medida ampliará o fluxo de investimentos destinados a diversas atividades econômicas, gerando emprego e renda.

O Deputado Domingos Neto enfatizou que os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste proporcionam relevantes investimentos para o desenvolvimento das regiões menos dinâmicas no Brasil. Ao aumentar os recursos dos Fundos Constitucionais, o Projeto de Lei nº 6.189/2013 fortalecerá os meios que contribuem para a correção da desigualdade regional, em conformidade com a Constituição Federal, art. 3º, II.

Projeto de Lei nº 6.015/2013: Redução ou dispensa das contrapartidas municipais pelas transferências federais para programas habitacionais

Em **28 de maio**, a CINDRA **aprovou**, juntamente com a emenda do Deputado Renato Molling, o Projeto de Lei nº 6.015/2013. Conforme o Projeto, a União pode reduzir ou dispensar a contrapartida financeira dos Municípios nas transferências voluntárias destinadas aos programas habitacionais de interesse social. A Emenda substitui a expressão “poderá reduzir ou dispensar” por “reduzirá ou dispensará”. Para receber o benefício previsto pelo Projeto, os Municípios devem apresentar as seguintes características: população inferior a 25.000 habitantes; localização no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, nas mesorregiões da Metade Sul ou Noroeste do Rio Grande do Sul ou em outra área territorial legalmente equiparada a qualquer dessas regiões; e indicadores de desenvolvimento socioeconômico abaixo da média nacional.

Projeto de Lei nº 5.831/2013: Área de Livre-Comércio de Guajará-Mirim

Em **29 de outubro**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 5.831/2013, que reproduz o Projeto nº 7.736/2010, arquivado ao final da legislatura anterior. O Projeto nº 5.831/2013 amplia os benefícios fiscais na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (ALCGM), em Rondônia, para atrair investimentos para o enclave e promover a competitividade da economia local. Segundo o Relator, Deputado Moreira Mendes, o Projeto contribui para a valorização das atividades econômicas típicas de Guajará-Mirim, ao modernizar o regime tributário.

Especificamente, o Projeto concede os seguintes benefícios à ALCGM: estende-se a isenção do II e do IPI ao pescado, aos recursos minerais, às matérias-primas e aos bens finais de informática. Além disso, isentam-se da Contribuição do PIS/PASEP, da COFINS, do II e do IPI produtos cosméticos de origem extrativista, insumos naturais para fins farmacêuticos e produtos regionais

destinados ao ramo de alimentos. Por fim, isentam-se da Contribuição do PIS/PASEP e do COFINS as importações destinadas à ALCGM.

Projeto de Lei nº 5.423/2013: Atuação da CODEVASF no vale do Rio Vaza-Barris

Em **2 de abril**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 5.423/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Wilson Filho. O Projeto, proveniente do Senado Federal, tem por objetivo incluir o vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Conforme a justificação do Projeto, os conhecimentos técnicos à disposição da CODEVASF poderão aprimorar o aproveitamento dos recursos naturais nessa bacia hidrográfica.

No Parecer do Relator na CINDRA, o Deputado Wilson Filho ponderou que a CODEVASF poderá contribuir para o uso racional dos recursos hídricos e do solo no vale do Rio Vaza-Barris, favorecendo o desenvolvimento sustentável da região. Ademais, a atuação da CODEVASF poderá prevenir e corrigir a degradação ambiental nesse vale.

Projeto de Lei nº 5.414/2013: Programa de Educação de Defesa Civil e Serviço Voluntário de Defesa Civil

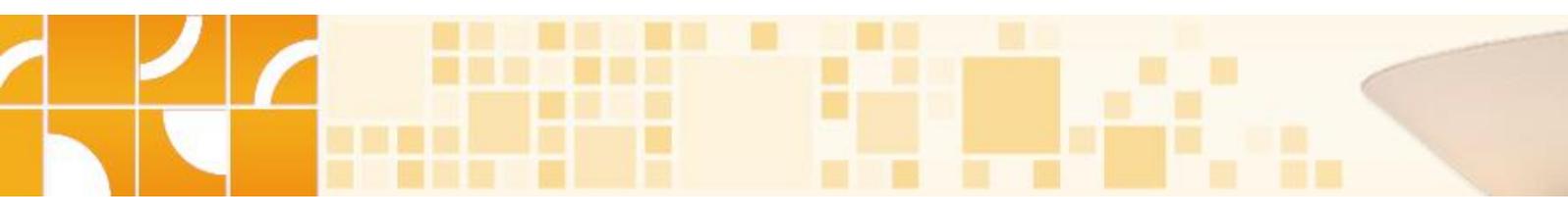
Em **16 de julho**, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia **rejeitou** o Projeto de Lei nº 5.414/2013, proposto pelo Deputado Jerônimo Goergen. Em síntese, o Projeto tem dois objetivos: 1) preparar a população para as calamidades públicas, mediante o Programa de Educação de Defesa Civil; 2) capacitar pessoas para a atuação nessas situações, por meio do o Serviço Voluntário de Defesa Civil.

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia rejeitou o Projeto com base no Parecer do Relator, Deputado Nilson Leitão. O Relator ponderou que o Programa de Educação de Defesa Civil e o Serviço voluntário de Defesa Civil já foram contemplados pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608/2012. Com base no mesmo argumento, a Comissão de Educação já havia aprovado a supressão do Programa de Educação de Defesa Civil.

Projeto de Lei nº 5.018/2013 e seus apensados: Extensão do Benefício Garantia-Safra além do espaço da SUDENE

Em **29 de outubro**, a CINDRA **aprovou**, unanimemente, o Projeto de Lei nº 5.018/2013, o Projeto de Lei nº 5.846/2013 e o Projeto de Lei nº 739/2011, na forma do substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Nilson Leitão, e **rejeitou** o Projeto de Lei nº 4.124/2012. As proposições foram distribuídas para a CINDRA, dada a aprovação do Requerimento nº 7.192/2013, pelo qual a Comissão solicitou a apreciação dos Projetos.

Em suma, as proposições pretendem estender a outras regiões o Benefício Garantia-Safra, que atualmente se concede apenas aos pequenos agricultores vitimados pela seca e pela cheia no espaço da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Projeto de Lei nº 5.018/2013 estende o benefício para os limites da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Os Projetos de Lei nº 739/2011 e 5.846/2013, para o espaço da



Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Por fim, o Projeto nº 4.124/2012, para todo o território nacional.

O Relator, Deputado Nilson Leitão, ponderou: “O Sul e o Sudeste, embora também possuam bolsões de miséria, apresentam infraestrutura em condições mais adequadas, melhor arcabouço produtivo, maior dinamismo econômico, profissionais e tecnologias mais qualificadas e logística de transportes e comunicações melhor estruturadas que as regiões mais pobres do País.” Nesse sentido, o Relator apresentou Substitutivo, a fim de que o benefício seja pago somente para os pequenos agricultores no Nordeste, no Centro-oeste e na Amazônia. O Substitutivo foi acolhido pela CINDRA.

Projeto de Lei nº 4.917/2012: Mais recursos para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

Em **4 de junho**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 4.917/2012, do Deputado Cláudio Puty. Conforme o Projeto, as deduções de recursos orçamentários para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) serão reduzidas em 25 pontos percentuais a cada ano. A redução gradual das deduções tem por objetivo garantir mais investimentos do FDA para projetos voltados ao desenvolvimento socioeconômico da Amazônia. O Relator na CINDRA, Deputado Silas Câmara, considera que “A proposição é, portanto, meritória, por aprimorar esse importante instrumento de política regional, assegurando mais recursos para investimento nos setores produtivos da Amazônia.”.

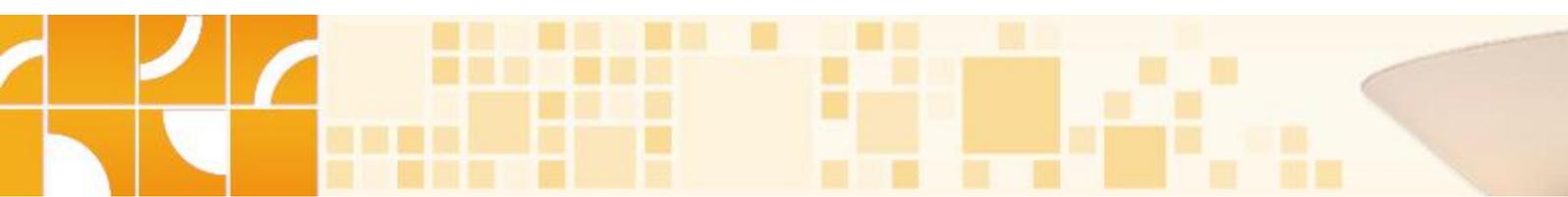
Projetos de Lei nº 4.794/2012 e 4.795/2012: Instituição da Capital Nacional do Enoturismo e da Rota Nacional do Turismo Enológico, Cultural, Artesanal, Paisagístico, Ecológico e Gastronômico

Em **26 de novembro**, a CINDRA **rejeitou** o Projeto de Lei nº 4.794/2012 e **aprovou** o Projeto de Lei nº 4.795/2012, apensado. Ambas as proposições são de autoria do Deputado Giovani Cherini e têm por objetivo incentivar a vitivinicultura no Rio Grande do Sul. O Projeto de Lei nº 4.794/2012 propõe que o Vale dos Vinhedos – triângulo formado pelas cidades gaúchas de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Garibaldi – seja declarado Capital Nacional do Enoturismo. O Projeto de Lei nº 4.795/2012, por sua vez, propõe instituir a Rota Nacional do Turismo Enológico, Cultural, Artesanal, Paisagístico, Ecológico e Gastronômico, abrangendo as cidades gaúchas de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Santa Tereza e Veranópolis.

Assim como a Comissão de Educação e Cultura já havia constatado, a CINDRA ponderou que os Projetos de Lei nº 4.794/2012 e 4.795/2012 se assemelham quanto a seus objetivos. Quando os dispositivos das proposições se identificam, a boa técnica legislativa, em favor da clareza, orienta a aprovação de uma proposição e a rejeição da outra. Considerando que o Projeto de Lei nº 4.795/2012 beneficia maior número de Municípios, a CINDRA optou por essa proposição.

Projeto de Lei nº 4.632/2012: Atuação da CODEVASF no Maranhão e no Ceará

Em **23 de abril**, a CINDRA **aprovou**, com emendas, o Projeto de Lei nº 4.632/2012, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Domingos Neto. O Projeto foi apresentado pelo Deputado Sarney Filho, para estender a atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) para vales de rios maranhenses. Segundo o Autor, esses vales padecem de graves



problemas ambientais, como uso indiscriminado de solo para agricultura, lançamentos de efluentes industriais e domésticos, erosão, assoreamento, desmatamento de matas ciliares e de nascentes, incêndios e queimadas, pesca e caça predatória etc.

Considerando que o Ceará enfrenta semelhantes problemas, o Deputado Domingos Neto propôs ampliar a área de atuação da CODEVASF aos vales dos rios cearenses. Dessa forma, o Ceará poderá beneficiar-se, juntamente com o Maranhão, de empreendimentos capazes de promover, de modo sustentável, o desenvolvimento de suas comunidades, sobretudo aquelas localizadas em zonas rurais. A proposta do Deputado Domingos Neto, foi aprovada pela CINDRA.

Projeto de Lei nº 3.620/2012: Proibição do aumento nos preços dos produtos de primeira necessidade durante situação de emergência ou estado de calamidade pública

Em **6 de agosto**, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia opinou, unanimemente, pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 3.620/2012, nos termos do Parecer da Relatora, deputada Marinha Raupp. O Projeto, conforme sua ementa, “proíbe o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade em municípios atingidos por desastres naturais, nos quais for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal”. Além de proibir o aumento dos preços, o Projeto tipifica essa conduta como crime contra a economia popular e como crime contra as relações de consumo.

Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, a Relatora, deputada Marinha Raupp, votou pela rejeição do Projeto nº 3.620/2012, considerando o controle dos preços como causa de “burocracia e desabastecimento”. Segundo a Relatora, a livre concorrência entre os agentes econômicos incentiva as empresas a competir pelo consumidor, propiciando maior eficiência econômica e menor preço

Projeto de Lei nº 2.336/2011: Isenção do PIS/PASEP e da COFINS para importações em Áreas de Livre Comércio

Em **29 de outubro**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 2.336/2011, do Deputado Raul Lima. O Projeto pretende isentar da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS as importações nas Áreas de Livre Comércio em Tabatinga (AM); Guajará-Mirim (RO); Boa Vista e Bonfim (RR); Macapá e Santana (AM); e Brasileia e Cruzeiro do Sul (AC). Atualmente, a Lei nº 10996/2004 concede essa isenção às mercadorias comercializadas e industrializadas nessas Áreas de Livre Comércio e na Zona Franca de Manaus.

“O tratamento diferenciado em relação à cobrança do PIS/PASEP e da COFINS para empresas nacionais cria desvantagens para empresas sediadas fora do Brasil, o que pode vir a até mesmo anular as vantagens concedidas às mercadorias estrangeiras comercializadas nas ALC.”, afirmou a Relatora, deputada Marinha Raupp. A Relatora entendeu que o Projeto, ao estender a isenção para as importações, favorecerá a competição, a produção e o aprimoramento dos arranjos produtivos nessas Áreas de Livre Comércio.

Projeto de Lei nº 1.997/2011: Assistência médica das Forças Armadas aos “soldados da borracha”

Em **26 de março**, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia **rejeitou** o Projeto de Lei nº 1.997/2011, do Deputado Mauro Nazif. O Projeto já havia sido rejeitado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em julho de 2013. O Projeto pretende estender a assistência médica das Forças Armadas aos chamados “soldados da borracha”, isto é, aos seringueiros que trabalharam na Amazônia, durante a Segunda Guerra Fria, para fornecer borracha aos Aliados. Segundo o Autor do Projeto, os “soldados da borracha”, conquanto tenham contribuído para o esforço de guerra, não tiveram o mesmo tratamento dos combatentes brasileiros.

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia acatou o Parecer do Relator, Deputado Paulo César Quartiero, que votou pela rejeição do Projeto. Segundo o Relator, a Constituição já instituiu pensão vitalícia para os “soldados da borracha”. Além disso, a equiparação entre os seringueiros e os combatentes da Segunda Guerra Mundial afronta a Constituição, que concedeu direitos mais abrangentes ao último grupo. Por fim, a extensão da assistência médica das Forças Armadas para os “soldados da borracha” redundaria no colapso financeiro dos hospitais militares.

Projeto de Lei nº 1.282/2011: Criação da Zona Franca de Paulista no Estado de Pernambuco

Em **14 de maio**, a CINDRA **aprovou**, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.282/2011, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Augusto Maia. O Projeto, de autoria do Deputado Roberto Teixeira, cria a Zona Franca de Paulista, na região metropolitana de Recife, no Estado de Pernambuco, para livre importação e exportação de mercadorias, sob regime fiscal especial.

Na CINDRA, os sucessivos Relatores do Projeto de Lei nº 1.282/2011 – Deputados Irajá Abreu, Carlos Magno e José Augusto Maia – concordaram que a Zona Franca de Paulista estimulará o comércio, a indústria e o turismo. Desse modo, o estabelecimento da Zona Franca promoverá o emprego e a renda na região metropolitana de Recife, a qual já dispõe da infraestrutura necessária ao empreendimento.

Projeto de Lei nº 88/2011: Extensão das atividades da SUDENE em Minas Gerais

Em **2 de abril**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 88/2011, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Wilson Filho. O Projeto, proposto pelo Deputado Welinton Prado, autoriza o Poder Executivo a incluir, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, os seguintes Municípios de Minas Gerais: Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Joaquim Felício, Lassance, Monjolos, Morro da Garça, Presidente Juscelino, Santo Hipólito, Inimutaba, Três Marias, Arinos, Formoso, Riachinho.

Em seu Parecer, o Deputado Wilson Filho atentou que “dos 13 (treze) Municípios em questão, nove apresentam IDH menor que 0,69 e apenas quatro Municípios têm IDH superior a 0,72”. Levando em conta esses indicadores socioeconômicos, o Relator entendeu que o Projeto de Lei nº 88/2011 permitirá que esses Municípios se sirvam da experiência e da estrutura da SUDENE, para

identificar suas potencialidades econômicas. Além disso, o Projeto possibilitará que esses Municípios usufruam os benefícios fiscais e creditícios da SUDENE.

Projetos de Leis nº 7.085/2010 e 7.234/2010: Bombeiros civis e brigadistas

Em **28 de maio**, a CINDRA **aprovou** os Projetos de Lei nº 7.085/10 e 7.234/2010, na forma do Substitutivo nº 5 da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO). Os Projetos trazem os seguintes aperfeiçoamentos ao conteúdo da Lei nº 11.901/2009, que regulamenta a profissão de bombeiro civil: condicionamento do exercício da profissão à aprovação em curso de formação ou de reciclagem ministrado por empresa que possua homologação junto ao órgão nacional responsável pela defesa civil; fiscalização dos órgãos públicos de defesa civil sobre o funcionamento das empresas especializadas; estabelecimento de critérios para a homologação e o funcionamento dessas empresas; e substituição do termo “bombeiro civil” por “brigadista”, para evitar confusão com o “bombeiro militar”.

Segundo o Relator na CINDRA, Deputado Zequinha Marinho, o Substitutivo da CSPCCO aprimora a regulamentação do exercício de profissão de bombeiro civil. O Substitutivo é composto por dispositivos dos Projetos de Lei nº 7.085/2010 e 7.234/2010, assim como por regras da própria Lei nº 11.901/2009. O Relator considera que “... essa medida é acertada, tendo em vista que o texto legal em vigor é bastante simples e está sendo muito modificado pelas duas proposições em análise”.

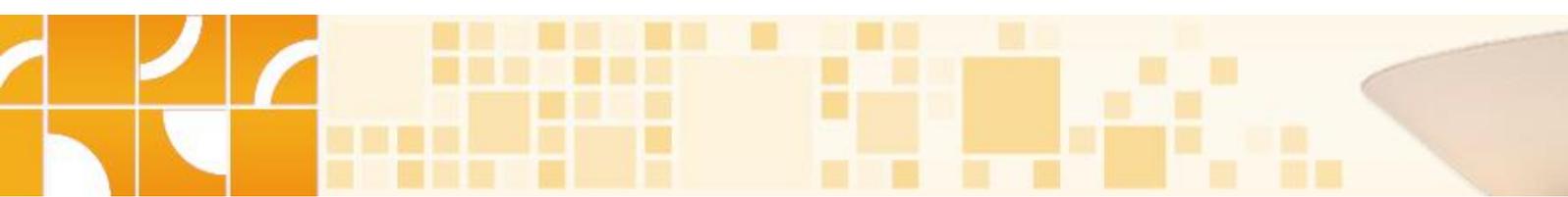
Projetos de Lei nº 6.903/2010 e 6.904/2010: Incentivos fiscais para a faixa de fronteira da Região Sul

Em **28 de maio**, a CINDRA **aprovou** os Projetos de Lei nº 6.903/10 e 6.904/2010, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que une os textos das duas proposições. Os Projetos foram propostos pelo Deputado Celso Maldaner, com o objetivo de estender à faixa de fronteira da Região Sul os incentivos fiscais já concedidos para empreendimentos industriais no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste.

Segundo o Relator na CINDRA, Deputado Wilson Filho, “as soluções apresentadas pelo autor das duas propostas podem ser bastante eficazes, especialmente porque introduzem benefícios tributários para o setor industrial, o menos vigoroso na fronteira sul”. O Relator informa que essa faixa de fronteira se encontra em estagnação econômica, que tornou esse espaço no menos dinâmico na Região Sul. Nesse contexto, os incentivos concedidos pelos Projetos podem propiciar melhor equilíbrio no desenvolvimento intrarregional.

Projeto de Lei nº 6.479/2009: Licitação para os serviços de transporte por balsas

Em **28 de maio**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 6.479/2009, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Gladson Cameli. O Projeto foi apresentado pelo Deputado Moreira Mendes, no intuito de alterar a modalidade de delegação dos serviços públicos de transporte aquaviário por balsas. Atualmente, esses serviços são outorgados por autorização, a qual dispensa processo licitatório. Segundo o Autor do Projeto, a dispensa de licitações induz ao abuso nos preços, ao monopólio, à formação de cartéis e à criação de “um poderoso lobby político, que vem conseguindo impedir a construção de pontes para dar continuidade a várias rodovias estratégicas para o desenvolvimento do País”. O Projeto pretende instituir a modalidade de permissão, o que



submeteria a delegação desses serviços a licitações prévias. O Autor do Projeto defende: “A possibilidade de licitação permitirá estabelecer regras para a prestação do serviço, permitindo definir normas de segurança, tarifas, cláusulas de rompimento e de vencimento de contrato, além de assegurar a livre concorrência isonômica.”.

Projeto de Lei nº 3.571/2008: Criação do Conselho Nacional de Política Indigenista

Em **5 de novembro**, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia **rejeitou** do Projeto de Lei nº 3.571/2008, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Pastor Eurico. O Projeto tem por objetivo instituir o Conselho Nacional de Política Indigenista. Dentre as competências do órgão proposto, o Relator enfatizou, em seu Parecer, as seguintes: deliberar sobre os objetivos, princípios e diretrizes da Política Nacional Indigenista; estabelecer prioridades, normas e critérios para a condução da Política Nacional Indigenista; acompanhar e avaliar a execução das ações da Política Nacional Indigenista; promover a integração e a articulação dos órgãos governamentais; e acompanhar a elaboração e a execução do orçamento da União, indicando as modificações necessárias à consecução da Política Nacional Indigenista.

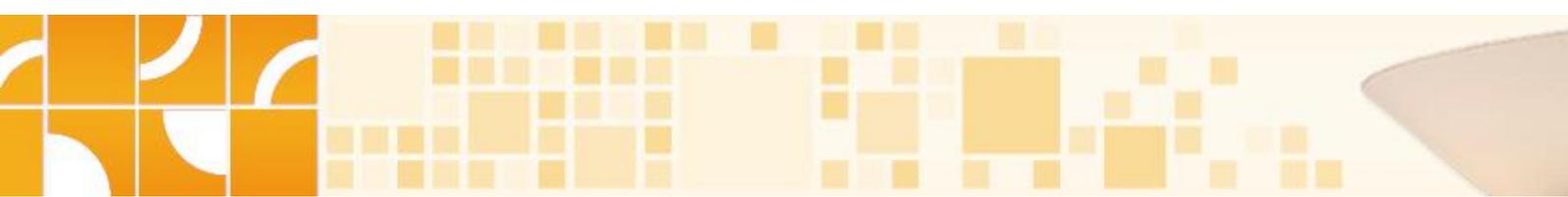
Projeto de Lei 1.081/2003: Área Comum de Livre Comércio em Jaguarão

Em **12 de março**, a CINDRA **aprovou** o Projeto de Lei nº 1.081/2003, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC. O Projeto, proposto pelo Deputado Mendes Ribeiro Filho, dispõe sobre a criação de Área Comum de Livre Comércio no Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul. Segundo o Autor, a Área de Livre Comércio estimulará as exportações pelos portos de Rio Grande e de Montevideu e aumentará o emprego da mão-de-obra local, contribuindo para o desenvolvimento econômico do interior gaúcho.

O Substitutivo da CDEIC propõe aprimoramentos ao Projeto de Lei nº 1.081/2003. Dentre os aperfeiçoamentos, sobressaem as seguintes propostas: a vinculação do Conselho de Administração à Superintendência da Área de Livre Comércio de Jaguarão; a participação de representantes do governo estadual, do governo municipal, dos trabalhadores e dos empresários no Conselho de Administração; o estímulo à eficiência administrativa pela desvinculação das receitas tributárias; e a estipulação pelo Poder Executivo do limite global para as exportações desde o primeiro ano de funcionamento.

Projetos de Lei Complementar PLPs 397/2014 e 395/2014: Procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Em **28 de maio**, a CINDRA opinou, unanimemente, pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 397/14, que regulamenta a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios nos termos da Constituição Federal, art. 18, § 4º. O Projeto resultou do acordo entre o Congresso Nacional e o Executivo, para resolver o impasse em torno do veto aposto pela presidente Dilma Rousseff a outra proposição sobre o mesmo assunto. O novo Projeto institui regras mais severas para criação de Municípios. Além disso, regulamenta fusão e incorporação desses entes federados, as quais não estavam previstas pela proposição anteriormente vetada pela Presidente.



O Relator, Deputado Domingos Neto, enfatizou os aperfeiçoamentos do Projeto de Lei Complementar nº 397/2014 para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento dos Municípios. Dentre outros, sobressaíram estes aprimoramentos: a) alteração no número das subscrições para o início do processo, b) novos requisitos para criação de Municípios, c) a contratação e o custeamento dos Estudos de Viabilidade Municipal pelos governos estaduais, d) a dilação do prazo para a realização de novo plebiscito, e) novas regras quanto às quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) das unidades fundidas ou incorporadas.

O Projeto de Lei Complementar nº 395/2014, apensado, foi **rejeitado**.

Projeto de Lei Complementar nº 228/2012: Complexo Geoeconômico e Social do Corredor Centro-Norte

Em **26 de março**, a CINDRA opinou pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 228/2012, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Cesar Quartiero. O Projeto, proposto pelo Deputado Francisco Escórcio, pretende instituir o complexo geoeconômico e social do Corredor Centro-Norte. Segundo o Autor do Projeto, a criação do complexo geoeconômico e social favorecerá a coordenação das políticas públicas nas Regiões Norte e Centro-Oeste, sobretudo dos projetos de infraestrutura necessários ao escoamento da produção agrícola.

Em seu parecer, o Deputado Paulo Cesar Quartiero afirmou que o complexo geoeconômico e social do Corredor Centro-Norte contribuirá para o desatamento dos nós na infraestrutura nacional. No âmbito do complexo geoeconômico e social, promover-se-ão a ampliação e a reforma das malhas ferroviária e hidroviária, a construção de eclusas e o fortalecimento da rede elétrica. Desse modo, a proposta favorecerá o desenvolvimento econômico das Regiões Norte e Centro-Oeste, reduzindo os desequilíbrios regionais no Brasil.

PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

PDC-1.127/2013 - Francisco Escórcio (PMDB-MA) – Convoca plebiscito no Estado de Goiás e no Distrito Federal para ouvir o eleitorado sobre a criação do Estado do Planalto Central.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Situação: Aguardando Parecer.

PROJETOS DE LEI

PL-8.228/2014 - Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) – Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que "cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica", para estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios localizados na Região Sul, e dá outras providências.

Situação: Aguardando designação de Relator.

PL-8.221/2014 - Marcos Montes (PSD-MG) – Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para conceder isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados para armas e munições.

Situação: Apensado ao PL-7.613/2014.

PL-7.636/2014 - Alfredo Kaefer (PSDB-PR) – Altera a redação do art. 21º, 61º e 83º; acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao texto do art. 80º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que "Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Regula a exploração e a fiscalização dos royalties da atividade de produção de gás e petróleo de xisto betuminoso. Revoga as Leis nº 2.004 de 1953; 7.453 de 1985 e 7.525 de 1986.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Parecer: pela aprovação.

Situação: Pronto para pauta.

PL-7.613/2014 - Moreira Mendes (PSD-RO) – Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para conceder isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados para armas e munições.

Apensado: PL-8.221/2014.

Situação: Aguardando designação de Relator.

PL-7.257/2014 - Eliseu Padilha (PMDB-RS) – Cria, no Estado do Rio Grande do Sul, uma área de livre comércio de importação e exportação, e dá outras providências.

Relator: Deputado Sérgio Moraes (PTB-RS).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-7.248/2014 - Beto Mansur (PRB-SP) – Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Passos, no Estado de Minas Gerais.

Relator: Deputado Ademir Camilo (PROS-MG).

Parecer: pela aprovação.

Situação: Pronto para pauta.

PL-6.835/2013 - Chico das Verduras (PRP-RR) – Prorroga o prazo de adimplemento contratual previsto no art. 19 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, relativo ao programa de regularização fundiária na Amazônia Legal.

Situação: Apensado ao PL-6.796/2013.

PL-6.796/2013 - Jhonatan de Jesus (PRB-RR) – Altera o art. 19 da Lei nº 11.952, de 25 de julho de 2009, que "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: O prazo será de 5 (cinco) anos.

Apensado: PL-6.835/2013.

Relator: Deputado Anselmo de Jesus (PT-RO).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-6.575/2013 - Senado Federal - Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) - Nº de origem: PLS 15/2011

– Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.

Relator: Deputada Marinha Raupp (PMDB-RO).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-6.460/2013 - Senado Federal - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Nº de origem: PLS 380/2012 – Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira.

Situação: Aguardando designação de Relator.

PL-6.321/2013 - Francisco Escórcio (PMDB-MA) – Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que "dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas; e dá outras providências", criando a categoria de municípios em situação especial de emergência.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Estabelece que os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) muito baixo são considerados municípios em situação especial de emergência.

Relator: Deputado Weverton Rocha (PDT-MA).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-6.311/2013 - Plínio Valério (PSDB-AM) – Acrescenta ao art. 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1964, alterado pelo art. 1º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, o art. 15-A, o § 3º.

Relator: Deputado Raul Lima (PP-RR).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-6.310/2013 - Plínio Valério (PSDB-AM) – Acrescenta o art. 14-B ao art. 14 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Situação: Apensado ao PL-4.159/2012.

PL-5.760/2013 - Senado Federal - Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) - Nº de origem: PLS 185/2011 – Cria o "Selo Verde Preservação da Amazônia" para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

Situação: Aguardando designação de Relator.

PL-5.640/2013 - Jesus Rodrigues (PT-PI) – Altera a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para determinar a destinação de áreas irrigadas para produção de forrageiras.

Relator: Deputado Marcelo Castro (PMDB-PI).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-4.918/2012 - Cláudio Puty (PT-PA) – Altera a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, que cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extingue a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Relator: Deputado Silas Câmara (PSD-AM).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-4.159/2012 - Pauderney Avelino (DEM-AM) – Altera a redação do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para o revigoramento do centro comercial da Zona Franca de Manaus, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Apensado: PL-6.310/2013.

Relator: Deputado Francisco Praciano (PT-AM).

Parecer: pela aprovação deste e do PL 6.310/2013, apensado.

Situação: Pronto para pauta.

PL-3.384/2012 - Damião Feliciano (PDT-PB) – Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado da Paraíba.

Relator: Deputado Wilson Filho (PTB-PB).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-409/2011 - Dr. Ubiali (PSB-SP) – Modifica os arts. 7º, 9º, 16 e 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterada pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Autoriza os bancos cooperativos e as confederações de cooperativas de crédito a receberem recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Situação: Aguardando designação de Relator.

PL-6.689/2009 - Senado Federal - Lúcia Vânia (PSDB-GO) - Nº de origem: PLS 303/2008 – Dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO), criado pelo § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 7.827, de 1989, com redação dada pela Lei nº 10.177, de 2001, e pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, e revoga o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001.

Relator: Deputado Pastor Eurico (PSB-PE).

Parecer: pela rejeição.

Situação: Pronto para pauta.

PL-6.926/2010 - Ronaldo Caiado (DEM-GO) – Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 7.827, de setembro de 1989.

Relator: Deputado Dudimar Paxiuba (PROS-PA).

Parecer: pela aprovação deste e pela rejeição do Substitutivo 1 da CDU.

Situação: Pronto para pauta.

PL-4.179/2008 - Ricardo Tripoli (PSDB-SP) – Estabelece o "Programa Desmatamento Zero" na Amazônia e dá outras providências.

Relator: Deputado Miriquinho Batista (PT-PA).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-2.742/2003 - Luis Carlos Heinze (PP-RS) – Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 4.947, de 1966.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Situação: Aguardando Parecer.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PLP-437/2014 - Domingos Neto (PROS-CE) – Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, e dá outras providências.

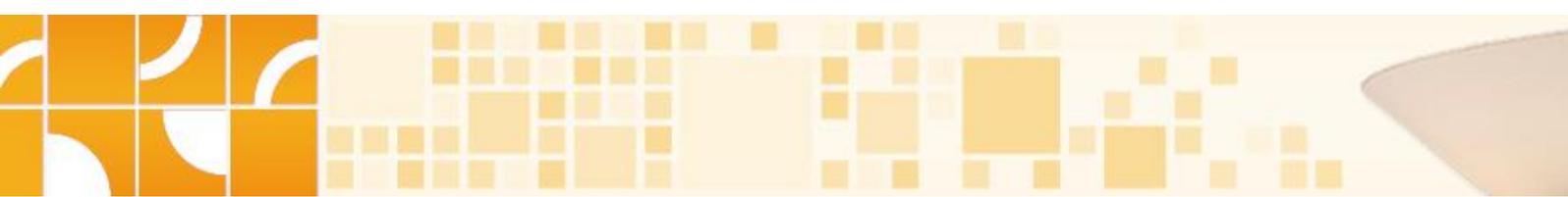
EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 5.172, de 1966.

Apensado: PLP-438/2014.

Situação: Aguardando designação de Relator.

PLP-438/2014 - Gonzaga Patriota (PSB-PE) – Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Situação: Apensado ao PLP-437/2014.



PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (1)

PFC-85/2012 - Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) – Propõe que a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), fiscalização na obra de transposição do Rio São Francisco, para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais na obra.

Relator: Deputado Wilson Filho (PTB-PB).

Relatório Prévio: pela implementação.

Situação: Pronta para pauta.

REQUERIMENTOS APRESENTADOS

REQUERIMENTO Nº 506/2014 - do Sr. Arnaldo Jordy - que "requer sejam convocados os Ministros de Estado da Pesca e Aquicultura e de Estado do Trabalho e Emprego para dar explicações acerca da alteração das normas para emissão das carteiras de pescador artesanal durante período do processo eleitoral de 2014 no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, e do pagamento do benefício "seguro-defeso" no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego".

Aprovado em 10/12/2014, com alteração da convocação para convite.

REQUERIMENTO Nº 505/2014 - do Sr. Arnaldo Jordy - que "requer a criação de um grupo de membros da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para averiguar in loco, via auditoria e diligências com o auxílio do Tribunal de Contas da União, as denúncias de irregularidades no cadastro e na distribuição das carteiras de pescador artesanal e no pagamento do seguro-defeso superintendências da pesca dos Estados do Pará, Acre e Maranhão".

Aprovado em 10/12/2014, com a inclusão de representante do Ministério Público do Trabalho.

REQUERIMENTO Nº 504/2014 - do Sr. Domingos Neto - que "requer realização de Audiência Pública, para tratar do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, nas áreas afligidas pela seca".

Aprovado em 10/12/2014.

REQUERIMENTO Nº 503/2014 - do Sr. Nilson Leitão - que "requer seja realizada reunião de Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso, para debater a reforma agrária e a atual situação dos assentamentos, a morosidade da legalização de títulos fundiários e os impactos e desdobramentos da Operação Terra Prometida da Polícia Federal".

Aprovado em 10/12/2014.

REQUERIMENTO Nº 502/2014 - dos Srs. Zé Geraldo e Ademir Camilo - que "requerem a retirada de pauta, da Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 7.636/14".

Aprovado em 26/11/2014. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 501/2014 - do Sr. Ronaldo Caiado (DEM-GO) - que "requer inversão de pauta do Projeto de Lei nº 6.926 /2010".

Aprovado em 05/11/2014. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 500/2014 - do Sr. Pastor Eurico (PSB-PE) - que "requer inversão de pauta do Projeto de Lei nº 3571/2008".

Aprovado em 05/11/2014. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 499/2014 - do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - que "requer realização de Audiência Pública, para tratar do abastecimento de água por carros-pipa, nas áreas afligidas pela seca".

Aprovado em 05/11/2014.

REQUERIMENTO Nº 498/2014 - do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - que "requer realização de Audiência Pública, para tratar das estratégias para o abastecimento de água mediante poços artesianos e carros-pipa".

Aprovado em 05/11/2014.

REQUERIMENTO Nº 497/2014 - do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - que "requer realização de Audiência Pública, para tratar do seguro defeso, concedido aos pescadores artesanais durante a piracema".

Aprovado em 05/11/2014.

REQUERIMENTO Nº 496/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - que "requer que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia realize Seminário para tratar da Importância do Municipalismo para o Desenvolvimento Regional".

Aprovado em 29/10/2014.

REQUERIMENTO 495/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia realize o prêmio Cindra 2014, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a ser conferido a pessoas físicas e jurídicas que contribuem para desenvolvimento regional.

Aprovado em 6/8/2014.

REQUERIMENTO 494/2014 – do Sr. Izalci (PSDB-DF) - Nos termos do art. 117, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 7.300/2014, item 5 da pauta da reunião de 16/7/2014.

Aprovado em 16/7/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 493/2014 – do Sr. Pastor Eurico (PSB-PE) - Nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.018/2013, item 2 da pauta da reunião de 16/7/2014.

Aprovado em 16/7/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 492/2014 – do Sr. Nilson Leitão (PSDB-MT) - Solicita seja convocado o Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, nesta Comissão, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca dos processos de situação de emergência no Estado do Mato Grosso.

Pronto para pauta.

REQUERIMENTO 491/2014 – do Sr. Nilson Leitão (PSDB-MT) - Requer seja realizada reunião de mesa-redonda, em Sinop - MT, para debater o pacto federativo, especialmente nas atribuições dos municípios para com a educação, saúde e segurança pública.

Aprovado em 16/7/2014, subscrito pelo Deputado Pastor Eurico.

REQUERIMENTO 490/2014 – do Sr. Dudimar Paxiuba (PROS-PA) - Requer realização de audiência pública para discutir o resultado da investigação conduzida pelo Greenpeace sobre exploração ilegal de madeira na Amazônia.

Aprovado em 2/7/2014, subscrito pelo Deputado Arnaldo Jordy e com adendo para realização da audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO 489/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Requer a realização de mesa-redonda no Município de Mocajuba, no Estado do Pará, para discutir com representantes de entidades governamentais e da sociedade a respeito do Programa de Biocombustíveis em municípios do Pará.

Aprovado em 2/7/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 488/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer realização de audiência pública para debater a influência do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) no desenvolvimento regional.

Aprovado em 11/6/2014.

REQUERIMENTO 487/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Solicita realização de reunião, com *coffee break*, para realizar o balanço das atividades desenvolvidas pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia no primeiro semestre de 2014.

Aprovado em 11/6/2014.

REQUERIMENTO 486/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer realização de audiência pública para discutir a reestruturação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

Aprovado em 4/6/2014, com adendo para inclusão da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão e de representante do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Ceará (SINTSEF-CE) no rol de convidados.

REQUERIMENTO 485/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer realização de audiência pública para discutir a atualização dos critérios técnicos necessários à delimitação da área compreendida pela região do semiárido brasileiro.

Aprovado em 4/6/2014.

REQUERIMENTO 484/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Requer a realização de mesa-redonda em Belém (PA) para apresentação do resultado da investigação conduzida pelo Greenpeace sobre a exploração ilegal de madeira na Amazônia.

Aprovado em 4/6/2014.

REQUERIMENTO 483/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Requer a realização de audiência pública para tratar da execução do programa "Luz para Todos" na Região Amazônica.

Aprovado em 4/6/2014, subscrito pelo Deputado Zequinha Marinho.

REQUERIMENTO 482/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Requer a realização de mesa-redonda, no Estado do Pará, para discutir com representantes de entidades governamentais, da sociedade e da distribuidora CELPA a respeito do pedido de recuperação judicial da empresa, e dos prejuízos causados na prestação do serviço de energia elétrica oferecido pela concessionária.

Aprovado em 4/6/2014, subscrito pelo Deputado Dudimar Paxiuba.

REQUERIMENTO 481/2014 – do Sr. Weverton Rocha (PDT-MA) - Nos termos do art. 50, § 1º, Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer inversão de pauta, do Projeto de Lei nº 6479/2009, item 5, da presente Ordem do Dia.

Aprovado em 28/5/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 480/2014 – dos Srs. Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Janete Capiberibe (PSB-AP) - Requer a realização de mesa-redonda na região de Monte Dourado, no Município de Almeirim, no Estado do Pará, para debater as questões de regularização fundiária e as relações de trabalho da população ribeirinha, decorrente da instalação da fábrica Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A., empresa do Grupo Orsa.

Aprovado em 28/5/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 479/2014 – dos Srs. Anselmo de Jesus (PT-RO) e Padre Ton (PT-RO) - Requer a criação de um grupo de trabalho no âmbito desta Comissão a fim de debater o PL 6.796/13 e seus apensos, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Aprovado em 21/5/2014, subscrito pelos Deputados Taumaturgo Lima, Arnaldo Jordy e Dudimar Paxiuba.

REQUERIMENTO 478/2014 – do Sr. Dudimar Paxiuba (PROS-PA) - Requer audiência pública com a temática "Projeto do Barco Hacker".

Aprovado em 21/5/2014, com adendo para incluir no rol dos convidados representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação. **Atendido.**

REQUERIMENTO 477/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer inversão de pauta do item 5, PL nº 6.189/13, da Ordem do Dia da reunião deliberativa da CINDRA, realizada em 14/5/14.

Aprovado em 14/5/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 476/2014 – da Sra. Marinha Raupp (PMDB-RO) - Requer inversão de pauta da Ordem do Dia do PL nº 3.620/2012.

Aprovado em 7/5/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 475/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer a realização de audiência pública com a presença da Secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, a fim de apresentar a Proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) fase 2, elaborada por aquele Ministério.

Aprovado em 7/5/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 474/2014 – do Sr. Paulo Wagner (PV-RN) - Requer a retirada o Projeto de Lei nº 6.903/10 da pauta da reunião deliberativa da CINDRA em 23/04/14.

Aprovado em 23/4/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 473/2014 – do Sr. Paulo Wagner (PV-RN) - Requer a retirada o Projeto de Lei nº 3.620/12 da pauta da reunião deliberativa da CINDRA em 23/04/14.

Aprovado em 23/4/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 472/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer realização de audiência pública para debater a construção em áreas não edificantes de rodovias e a recuperação do trecho urbano da BR-230, trecho do entroncamento da BR-116 próximo a Várzea Alegre-CE.

Aprovado em 23/4/2014.

REQUERIMENTO 471/2014 – do Sr. Anselmo de Jesus (PT-RO) - Requer a realização de audiência pública para debater os Projetos de Lei 6.796/2013 e 6.835/2013.

Aprovado em 23/4/2014.

Adendo em 14/5/2014 - Inclusão de representantes do INCRA no rol dos convidados. **Atendido.**

REQUERIMENTO 470/2014 – do Sr. Miriquinho Batista (PT-PA) - Requer a realização de audiência pública para debater a gestão da saúde no Estado do Pará.

Aprovado em 23/4/2014, com a inclusão do Secretário Municipal de Saúde da cidade de Belém-PA no rol de convidados.

REQUERIMENTO 469/2014 – do Sr. Ademir Camilo (PROS-MG) - Requer a realização de audiência pública para debater o PL 7.248 de 2014, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Passos, no Estado de Minas Gerais.

Aprovado em 23/4/2014.

REQUERIMENTO 468/2014 – do Sr. Zé Geraldo (PT-PA) - Solicita audiência pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para tratar sobre questões referentes ao Projeto Jari, município de Almeirim-Pará.

Aprovado em 23/4/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 467/2014 – do Sr. Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR) - Nos termos do art. 117, inciso VI do Regimento Interno, requer a retirada de pauta do item PL-6.926/2010 da Ordem do Dia.

Aprovado em 26/3/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 466/2014 – do Sr. Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR) - Requer, nos termos do art. 83, parágrafo único, II, "d" do Regimento Interno, a inversão de pauta para que o item 22, PL-1.997/2011, seja apreciado como primeiro item da pauta.

Aprovado em 26/3/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 465/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer a realização de reunião de trabalho, com oferecimento de coffee break, com a presença do Ministro da Integração Nacional, que participará, em seguida, de audiência pública, a convite da CINDRA, para apresentar os programas de desenvolvimento regional, combate à seca e à pobreza no Nordeste.

Aprovado em 26/3/2014.

REQUERIMENTO 464/2014 – do Sr. Miriquinho Batista (PT-PA) - Requer a realização de audiência pública para apresentação e debate do Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Amazônia Legal.

Aprovado em 26/3/2014, subscrito pelo Deputado Paulo Cesar Quartiero.

REQUERIMENTO 463/2014 – da Sra. Marinha Raupp (PMDB-RO) - Requer a realização de audiência pública para discutir a situação da Transposição dos Servidores do ex-Território de Rondônia.

Retirado de tramitação pela Autora.

REQUERIMENTO 462/2014 – do Sr. Zequinha Marinho (PSC-PA) - Solicita a realização de audiência pública conjunta, na Vila Taboca no município de São Félix do Xingu, entre a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e a Comissão de Direitos Humanos para debater a demarcação e desocupação da Reserva Indígena Apyterewa.

Aprovado em 26/3/2014.

REQUERIMENTO 461/2014 – do Sr. Zequinha Marinho (PSC-PA) - Requer a realização de audiência pública para debater as questões relacionadas à construção da rede de distribuição de energia elétrica entre as cidades de Redenção e Santana do Araguaia na região Sul do Estado do Pará.

Aprovado em 26/3/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 460/2014 – do Sr. Zequinha Marinho (PSC-PA) - Solicita realização de audiência pública para discutir a necessidade de emancipação de projetos de assentamentos do Incra na Região Amazônica; os termos da Instrução Normativa 71/2012; a estruturação de um programa de mecanização da agricultura familiar da Região Amazônica e a regularização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nova na BR-163, Município de Novo Progresso no Estado do Pará.

Aprovado em 26/3/2014.

REQUERIMENTO 459/2014 – do Sr. Zequinha Marinho (PSC-PA) - Solicita realização de audiência pública para debater o andamento das obras de pavimentação das seguintes rodovias: BR-230, BR-163, BR-308, BR-158, BR-155, especialmente nos trechos dentro do território paraense.

Aprovado em 26/3/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 458/2014 – do Sr. Zequinha Marinho (PSC-PA) - Solicita a realização de audiência pública para debater as constantes interrupções e quedas de energia nas cidades da região sudeste do Pará.

Retirado de tramitação pelo Autor.

REQUERIMENTO 457/2014 – do Sr. Zequinha Marinho (PSC-PA) - Solicita realização de audiência pública para discutir o cronograma de execução e o andamento das obras de construção, reforma, ampliação e melhoramento das pistas de pouso e aeroportos da Região Amazônica.

Aprovado em 26/3/2014.

REQUERIMENTO 456/2014 – do Sr. Wilson Filho (PTB-PB) - Solicita que se convide o Senhor Embaixador do Estado de Israel no Brasil, Senhor Rafael Eldad, para explanar sobre a tecnologia desenvolvida no processo de dessalinização das águas do mar no Estado de Israel. **Atendido.**

REQUERIMENTO 455/2014 – do Sr. Wilson Filho (PTB-PB) - Requer a realização de audiência pública com representantes da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e Secretaria de

Infraestrutura Hídrica, ambas ligadas ao Ministério da Integração Nacional; CONAB; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Agência Nacional de Águas para tratar do combate à seca e do desenvolvimento no semiárido nordestino.

Aprovado em 26/3/2014, subscrito pelo Deputado Domingos Neto e com a inclusão de representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) no rol de convidados. **Atendido.**

REQUERIMENTO 454/2014 – do Sr. Wilson Filho (PTB-PB) - Requer a realização de mesas-redondas nos Municípios de Cajazeiras, Sousa, Catolé do Rocha, Itaporanga, Conceição, Taperoá, Monteiro, Itabaiana, Picuí, Campina Grande, Solânea, Bananeiras, Guarabira, Sapé, Lagoa Seca, Pocinhos, São José de Piranhas, com o objetivo de observar os problemas decorrentes da seca e o desenvolvimento regional.

Aprovado em 26/3/2014, subscrito pelo Deputado Domingos Neto.

REQUERIMENTO 453/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Requer a realização de reunião de mesa-redonda conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em Altamira, no Estado do Pará, para discussão sobre o não cumprimento das condicionantes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu.

Aprovado em 26/3/2014.

REQUERIMENTO 452/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir o aumento do desmatamento na Amazônia no último ano.

Aprovado em 26/3/2014.

REQUERIMENTO 451/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Requer a realização de audiência pública para debater a questão de segurança das pistas do Aeroporto Internacional de Belém.

Aprovado em 26/3/2014.

REQUERIMENTO 450/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Solicita a realização de audiência pública para debater os impactos da redução das vazões do Rio São Francisco, à jusante da Barragem de Sobradinho, nos demais usos múltiplos das águas e no ecossistema fluvial.

Aprovado em 26/3/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 449/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Requer a realização de audiência pública para discutir com representantes de entidades governamentais e da sociedade a respeito do Programa de Biocombustíveis em municípios do Pará.

Aprovado em 26/3/2014. Atendido.

REQUERIMENTO 448/2014 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - Requer a realização de mesa-redonda, no Estado do Pará, para discutir com representantes de entidades governamentais e da sociedade a respeito da implantação da monocultura do arroz na região do Marajó, no Pará.

Aprovado em 26/3/2014.

REQUERIMENTO 447/2014 – do Sr. Wilson Filho (PTB-PB) - Solicita que sejam convocados os Senhores Ministros de Estado da Integração Nacional, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a prestar esclarecimentos a respeito das ações e metas do Governo Federal em relação à seca no Nordeste, com foco no Estado da Paraíba, no âmbito de seus ministérios.

Pronto para pauta.

REQUERIMENTO 446/2014 – do Sr. Átila Lins (PSD-AM) - Requer, nos termos dos arts. 32 e 255 do Regimento Interno, realização de audiência pública para debater a Lei nº 12.305 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o cumprimento de suas metas relativas à política nacional de resíduos sólidos.

Aprovado em 26/3/2014, subscrito pelos Deputados Domingos Neto e Zequinha Marinho.

REQUERIMENTO 445/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer a realização de mesas-redondas nos Municípios de Camocim, Morada Nova, Orós, Icó, Crateús e Boa Viagem no estado do Ceará, com o objetivo de observar os problemas decorrentes da seca e o desenvolvimento regional.

Aprovado em 12/3/2014, subscrito pelo Deputado Wilson Filho (PTB-PB).

Adendo em 2/4/2014 – Inclusão do município de Montes Claros, em Minas Gerais, no rol daqueles a serem contemplados com mesas-redondas e inclusão, também, como convidados para esses eventos representantes da CODEVASF e do DNOCS. **Atendido.**

REQUERIMENTO 444/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, para expor os programas do seu Ministério aos membros da CINDRA.

Aprovado em 12/3/2014, subscrito pelo Deputado Wilson Filho (PTB-PB). **Atendido.**

REQUERIMENTO 443/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer a realização de missão oficial aos estados abrangidos pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco para verificar, in loco, o atual estágio das obras.

Aprovado em 12/3/2014, subscrito pelo Deputado Wilson Filho (PTB-PB). **Atendido.**

REQUERIMENTO 442/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer a criação da Subcomissão Especial do Pacto Federativo para a Integração Nacional.

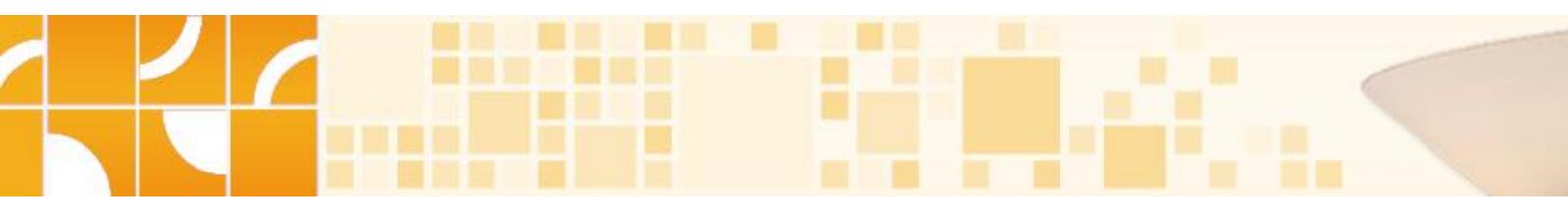
Aprovado em 12/3/2014, subscrito pelo Deputado Wilson Filho (PTB-PB). **Atendido.**

REQUERIMENTO 441/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer a extinção das Subcomissões Permanentes 2013.

Aprovado em 12/3/2014, subscrito pelo Deputado Wilson Filho (PTB-PB). **Atendido.**

REQUERIMENTO 440/2014 – do Sr. Givaldo Carimbão (PROS-AL) - Requer a realização de audiência pública com representantes da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), da Polícia Federal e de seus servidores para tratar das ações de combate às drogas na fronteira do Brasil e da reestruturação da Polícia Federal.

Aprovado em 12/3/2014, subscrito pelo Deputado Wilson Filho (PTB-PB). **Atendido.**



REQUERIMENTO 439/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer criação da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Semiárido e Combate à Seca.

Aprovado em 12/3/2014, subscrito pelo Deputado Wilson Filho (PTB-PB). **Atendido.**

REQUERIMENTO 438/2014 – do Sr. Domingos Neto (PROS-CE) - Requer a realização de audiência pública com representantes da SUDENE e do Banco do Nordeste para tratar do combate à seca e do desenvolvimento no semiárido nordestino.

Aprovado em 12/3/2014, subscrito pelo Deputado Wilson Filho (PTB-PB). **Atendido.**

REQUERIMENTO 437/2014 – do Sr. Anselmo de Jesus (PT-RO) - Requer a criação de uma Subcomissão Especial Permanente para acompanhar os efeitos causados pela Usina Santo Antonio no assentamento Joana D' Arc no Município de Porto Velho em Rondônia.

Aprovado em 12/3/2014, sendo considerada a Subcomissão como ESPECIAL. **Atendido.**

REQUERIMENTO 436/2014 – da Sra. Marinha Raupp (PMDB-RO) - Requer a criação de Grupo de Trabalho, composto por parlamentares, no âmbito da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, com o objetivo de acompanhar a situação de estado de emergência decretado nos estados de Rondônia e Acre, em decorrência dos alagamentos causados pelas cheias dos rios.

Aprovado em 12/3/2014. Atendido.

SUBCOMISSÕES

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO E COMBATE À SECA (SUBARIDO)

Data de criação: 12/3/2014

Prazo de conclusão dos trabalhos: 22/12/2014

Observação: A Subcomissão não foi instalada.

SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR OS EFEITOS CAUSADOS PELA USINA SANTO ANTÔNIO NO ASSENTAMENTO JOANA D'ARC, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO EM RONDÔNIA (SUBUSINA)

Data de criação: 12/3/2014

Prazo de conclusão dos trabalhos: 22/12/2014

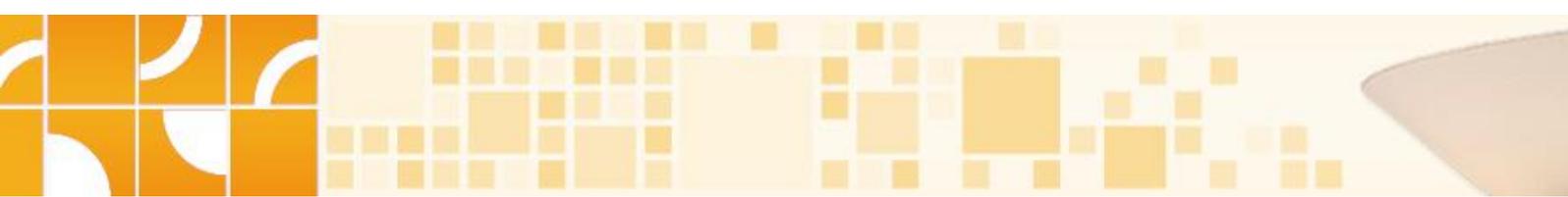
Observação: A Subcomissão não foi instalada.

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DO PACTO FEDERATIVO PARA A INTEGRAÇÃO NACIONAL (SUBPACTO)

Data de criação: 12/3/2014

Prazo de conclusão dos trabalhos: 22/12/2014

Observação: A Subcomissão não foi instalada.



CORPO TÉCNICO

Secretário Executivo da Comissão

Idelfonso Vidal Salmito

Equipe Técnica

Elza Carneiro dos Santos Figueiredo

Liderval Lucas de Souza Filho

Luiz Gustavo Lins Cavalcanti Júnior

Márcia Marcello Nunes Leal

Maria Alexandre da Silva

Priscila Mendonça Chagas

Suely Pereira dos Santos Sena

Estagiários

Lailla Maria Vaz Malaquias

Marianna Grunewald Correia Lima

Grupo de Apoio

Daiane Ribeiro da Silva Barreto

Erika Verônica de Jesus Santos

Antônia Gomes Ferreira

CONTATO

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)

Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T-55 – Fone (61) 3216-6435/38

Fax: (61) 3216-6440

Correio eletrônico: cindra@camara.leg.br

Página na Internet: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/caindr>

Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Comiss%C3%A3o-de-Integra%C3%A7%C3%A3o-Nacional-C%C3%A2mara-dos-Deputados/363264290430013>